

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

**Relatório Anual contendo o  
Relatório da Administração e as  
Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2019, 2018 e  
2017 com Relatório dos Auditores  
Independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

### *Senhores Acionistas,*

A Administração da Ouro Preto Óleo e Gás S.A (“Ouro Preto” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 (“2019”), 31 de dezembro de 2018 (“2018”) e 31 de dezembro de 2017 (“2017”).

### *Mensagem da Administração*

A Ouro Preto é uma *holding* que consolida investimentos em campos de petróleo e gás em bacias sedimentares brasileiras. A Companhia foi fundada em 2010 e iniciou suas atividades com foco em ativos em exploração e produção em terra (*onshore*) e mar (*offshore*). Entre 2010 e 2014, a Ouro Preto participou de diversas rodadas promovidas pela Agência Nacional do Petróleo (“ANP”), nas quais arrematou blocos nas bacias de Barreirinhas, Parnaíba e Recôncavo. Em 2014, a Companhia adquiriu parte das sociedades detidas pela El Paso no Brasil e passou a deter ativos em produção na bacia do Espírito Santo e Potiguar, dentre outros ativos em estágio de desenvolvimento. Entre 2016 e 2019, a Companhia participou de processos de desinvestimento da Petrobras, buscando ampliar seu portfólio com ativos em estágio de produção. Atualmente, a Companhia detém 35% dos direitos da concessão sobre os campos de Pescada, Arabaiana e Dentão (“Polo Pescada”), ativo produtor de gás e óleo condensado na Bacia do Potiguar, e três blocos exploratórios com compromissos (“Programa Exploratório Mínimo”) perante à ANP substancialmente cumpridos (99,8% por cento).

Em dezembro de 2019, a Ônix Petróleo e Gás Participações S.A. (“Ônix”), indiretamente controlada pelo Starboard Special Situations II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“SSSFII”), iniciou o processo de aquisição de 100% do controle da Ouro Preto, o qual foi concluído em fevereiro de 2020. O SSSFII é gerido pela Starboard Asset Ltda., gestora fundada em 2017 com o objetivo de ser pioneira em *Special Situations* e *Corporate Carve Outs Acquisitions* no Brasil.

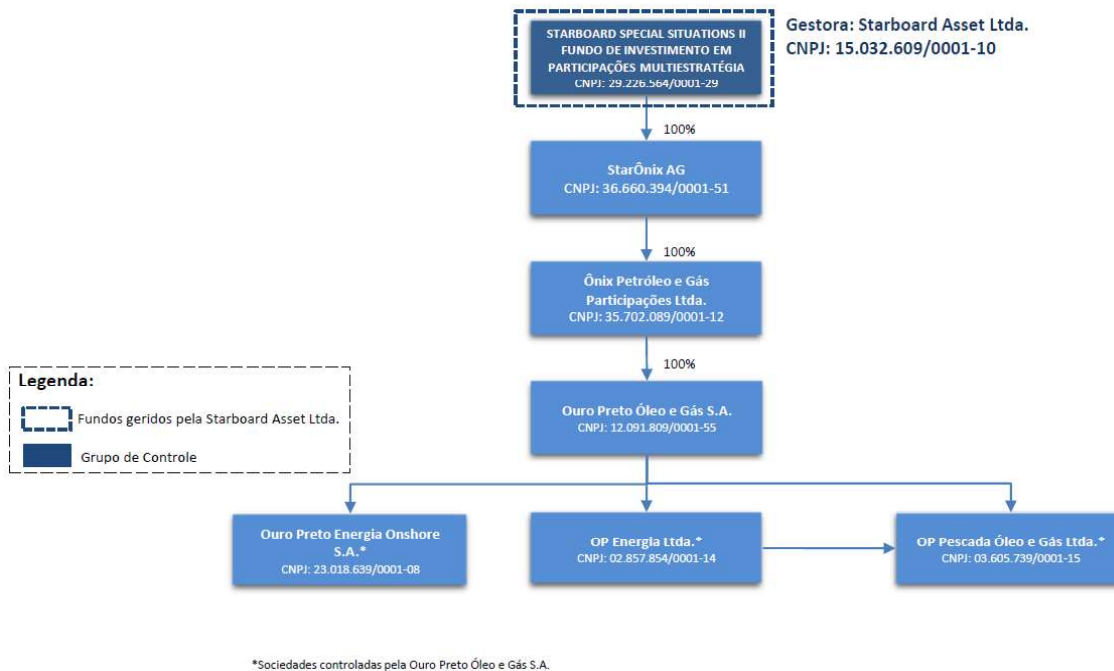
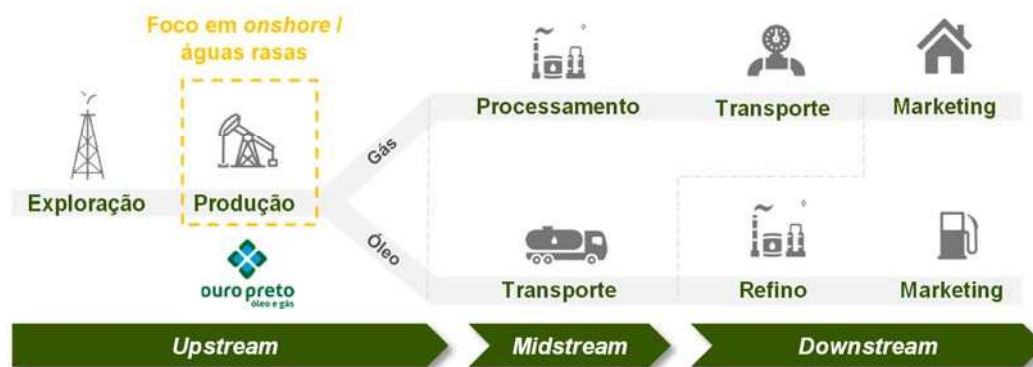


Figura 1: Estrutura societária do grupo Ouro Preto após ser adquirida pela Onix

Com a entrada do novo controlador, implementou-se um processo de redução de despesas gerais e administrativas e novos pilares para o plano de negócios da Companhia foram definidos: (i) o crescimento orgânico, por meio do redesenvolvimento de seu portfólio atual (Polo Pescada), e (ii) o crescimento inorgânico, por meio de oportunidades de aquisição atreladas ao amplo plano de desinvestimento de ativos em curso pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”).

### ***Plano de Negócios e Otimização de Portfolio***

Nosso plano de negócios visa capturar aquisições oportunísticas de ativos (i) em produção, (ii) com reservas provadas que podem ser certificadas, (iii) com capacidade de incremento de produção a partir de investimentos com *payback* acelerado, (iv) com infraestrutura logística facilitada e (v) que apresentem custos de extração (*lifting cost*) consideravelmente menores quando comparados a outros *players* locais que operam em águas profundas. Não contemplamos em nosso plano de negócios investir em projetos em fase de exploração.



Nesse contexto, por meio da subsidiária OP Pescada Óleo e Gás Ltda. (“OP Pescada”), a Companhia firmou, em 09 de julho de 2020, contrato para a aquisição da participação de 65% sobre os direitos da concessão da Petrobras no Polo Pescada, atual operadora dos campos. O valor de venda da transação foi de US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos), a ser pago em duas parcelas: (a) US\$ 300 mil na assinatura do contrato; e (b) US\$ 1,2 milhão no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (01 de janeiro de 2020). A transação também contempla um pagamento adicional a título de compartilhamento de custos de abandono de poços, dutos e plataformas, a ser pago pelo vendedor ao comprador, de acordo com parâmetros e cronograma previstos no contrato.

Alinhado à estratégia de otimização de portfólio e redução de exposição a projetos de exploração, em 20 de abril 2019, a Ouro Preto iniciou o processo de devolução do campo de Pinaúna junto à ANP, o qual, até a data de emissão deste relatório, não havia sido concluído.

Na OP Energia Ltda. (“OP Energia”), vale destacar que a Ouro Preto concluiu em 13 de maio de 2020 o processo de venda do campo de Camarupim à Petrobras. A transação havia sido assinada em 30 de agosto de 2019, com valor de venda de US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos), e foi finalizada mediante aprovação da transferência dos direitos de concessão pela ANP. Como aspecto relevante desta transação, vale realçar que o acordo prevê que todos os ativos e passivos existentes são integralmente transferidos ao comprador.

### ***Governança Corporativa***

A Governança Corporativa da Ouro Petro está fundamentada nos valores e estratégia da Companhia e foi estruturada com base nos pilares definidos no Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) de transparência,

equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, de modo a assegurar maior confiabilidade, fortalecer sua imagem perante seus *stakeholders*.

### ***AGRADECIMENTOS***

A Ouro Preto agradece aos seus acionistas, fornecedores, parceiros e membros do Conselho de Administração pela confiança na gestão da Companhia e, em especial, à equipe de colaboradores pelo empenho no desenvolvimento de suas atividades.

*A Administração.*



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da**

**Ouro Preto Óleo e Gás S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ouro Preto Óleo e Gás S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ouro Preto Óleo e Gás S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Concentração de receitas com cliente-chave

Chamamos à atenção para o fato que toda a receita de contrato com cliente da Companhia e suas controladas é proveniente da venda de petróleo e gás para um único cliente: a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 8.13. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## 1 – Análise do valor recuperável de ativos (Impairment)

Veja as Notas Explicativas 8.16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Para a avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (“<i>impairment</i>”), a Companhia estima o valor recuperável utilizando fluxos de caixa projetados das UGCs de exploração e produção de petróleo e gás, e compara com seus valores contabilizados.</p> <p>As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de fatores associados ao volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção e premissas econômicas como taxas de desconto e taxas de câmbio onde a Companhia opera.</p> <p>Devido ao grau de complexidade e subjetividade na determinação das premissas e projeções usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação dos procedimentos para identificar a necessidade de constituição ou reversão de impairment;</li><li>- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas;</li><li>- Avaliação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás utilizadas no fluxo de caixa descontado, e os prazos de recuperação das reservas, comparando-as com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção;</li><li>- Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás;</li><li>- Avaliação do custo de produção utilizado na projeção de fluxo de caixa comparando o mesmo com orçamentos de longo prazo aprovados pela Administração, e os custos já incorridos;</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis das UGCs são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## 2 – Provisão para abandono de áreas

Veja as Notas Explicativas 8.8 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Como consequência das suas operações, a Companhia reconhece provisões relacionadas com sua obrigação de remover equipamentos e restaurar as áreas onde opera quando do abandono.</p> <p>A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono.</p> <p>Identificamos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, bem como as incertezas relacionadas, em especial o prazo, os custos estimados de abandono e a taxa de desconto utilizada.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Análise, com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, das premissas econômicas utilizadas na determinação das taxas de inflação e de desconto;</li><li>- Avaliação dos prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e os planos de produção da Companhia;</li><li>- Comparação das bases de custo estimado de abandono por característica dos poços com as cotações de preço recebidas para implementação dos serviços principais que serão requeridos;</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

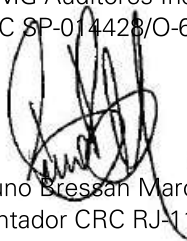
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bruno Bressan Marcondes  
Contador CRC RJ-112835/O-7

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e 1º de janeiro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora				Consolidado			
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	3.832	8.940	26.038	39.125	63.573	82.757	119.692	138.062
Títulos e valores mobiliários (nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	21.316
Contas a receber de clientes (nota 12)	-	-	-	-	3.536	7.024	7.220	8.237
Adiantamentos ao operador (nota 19)	-	5	552	624	-	2.147	2.146	10.279
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar (nota 13)	100	1.064	631	7.782	546	8.202	7.503	11.035
Despesas antecipadas	85	163	719	3.564	2.220	1.858	779	3.564
Ativo mantido para venda (nota 14)	-	-	-	-	25.994	-	-	-
Outros Ativos	1.181	29	-	111	1.101	1.482	715	827
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.198</b>	<b>10.201</b>	<b>27.940</b>	<b>51.206</b>	<b>96.970</b>	<b>103.470</b>	<b>138.055</b>	<b>193.320</b>
<b>Longo Prazo</b>								
Caixa restrito (nota 10)	-	-	-	-	19.192	18.269	15.254	2.407
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar (nota 13)	1.204	5.797	7.786	-	6.295	14.505	19.513	17.632
Depósitos judiciais (nota 15)	122	2	2	-	2.527	9.997	15.565	14.687
Outros ativos	745	444	422	-	5.711	4.533	3.912	3.474
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.071</b>	<b>6.243</b>	<b>8.210</b>	<b>-</b>	<b>33.725</b>	<b>47.304</b>	<b>54.244</b>	<b>38.200</b>
Investimentos (nota 16)	287.878	294.889	224.382	266.296	-	-	-	-
Imobilizado (nota 17)	802	1.672	2.005	1.649	263.250	246.215	231.222	263.205
Intangível (nota 18)	845	2.565	2.927	30.469	845	28.793	29.788	31.132
Direito de Uso (nota 25.1)	1.654	-	-	-	1.654	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>293.250</b>	<b>305.369</b>	<b>237.524</b>	<b>298.414</b>	<b>299.474</b>	<b>322.312</b>	<b>315.254</b>	<b>332.537</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>298.448</b>	<b>315.570</b>	<b>265.464</b>	<b>349.620</b>	<b>396.444</b>	<b>425.782</b>	<b>453.309</b>	<b>525.857</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e 1º de janeiro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	148	192	163	25.601	778	4.293	2.702	5.455
Obrigações trabalhistas	328	1.459	1.109	1.031	377	1.520	1.157	1.081
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a receber	80	271	541	615	1.859	3.263	2.023	2.421
Valores a pagar ao operador (nota 19)	1.697	221	-	774	2.678	11.086	10.818	41.975
Provisões para pagamento de royalties	-	-	-	-	244	248	262	289
Arrendamentos mercantis (nota 25.2)	567	-	-	-	567	-	-	-
Passivo mantido para venda (nota 14)	11	-	-	-	14.148	-	-	-
Outras obrigações (nota 20)	-	-	-	-	15.072	12.496	8.304	8.426
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.831</b>	<b>2.143</b>	<b>1.813</b>	<b>28.021</b>	<b>35.723</b>	<b>32.906</b>	<b>25.266</b>	<b>59.647</b>
Mútuo com partes relacionadas (nota 21)	41.526	42.695	17.618	16.658	-	-	-	-
Provisão para abandono de poços (nota 22)	-	-	-	-	106.630	121.780	181.645	155.095
Provisão para contingências (nota 23)	1.417	950	-	-	1.417	1.314	365	5.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 24)	14.840	13.863	13.863	20.986	14.840	13.863	13.863	20.986
Arrendamentos mercantis (nota 25.2)	1.041	-	-	-	1.041	-	-	-
Outras obrigações (nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	178
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>58.824</b>	<b>57.508</b>	<b>31.481</b>	<b>37.644</b>	<b>123.928</b>	<b>136.957</b>	<b>195.873</b>	<b>182.255</b>
<b>Patrimônio líquido (nota 26)</b>								
Capital social	327.267	327.267	327.267	327.267	327.267	327.267	327.267	327.267
Reserva legal	-	-	-	1.923	-	-	-	1.923
Reserva de lucros	-	-	-	11.155	-	-	-	11.155
Ações em tesouraria	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)
Ajuste acumulado de conversão	8.479	(4.361)	(39.878)	(40.745)	8.479	(4.361)	(39.878)	(40.745)
Prejuízo acumulado	(98.835)	(66.869)	(55.101)	(15.527)	(98.835)	(66.869)	(55.101)	(15.527)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>236.793</b>	<b>255.919</b>	<b>232.170</b>	<b>283.955</b>	<b>236.793</b>	<b>255.919</b>	<b>232.170</b>	<b>283.955</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>298.448</b>	<b>315.570</b>	<b>265.464</b>	<b>349.620</b>	<b>396.444</b>	<b>425.782</b>	<b>453.309</b>	<b>525.857</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado			
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Receita líquida (nota 28)	-	-	-	32.400	33.689	34.831
Custo dos produtos vendidos (nota 29)	-	-	-	(16.031)	(11.638)	(11.707)
Lucro bruto	-	-	-	16.369	22.051	23.124
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.197)	(17.792)	(17.619)	(29.087)	(31.525)	(29.575)
Despesas gerais e administrativas (nota 29)	(170)	(690)	(340)	(13.605)	(5.405)	(9.035)
Despesas tributárias (nota 29)	(1.693)	(1.625)	(104)	(6.457)	(38.429)	(355)
Despesas com gastos exploratórios (nota 30)	-	(67)	(186)	(1.809)	(4.390)	(2.054)
Despesas com gastos com desenvolvimento	-	-	-	50.055	23.255	(40.735)
(Perda) / reversão no valor recuperável de ativos (nota 31)	9.410	174	(964)	(30.747)	59.872	(1.360)
Outras receitas e despesas operacionais (nota 32)	2.349	(20.000)	(19.213)	(31.650)	3.378	(83.114)
Equivalência patrimonial (nota 16)	(32.494)	7.960	(41.842)	-	-	-
	(32.494)	7.960	(41.842)	-	-	-
<b>Resultado (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(30.145)</b>	<b>(12.040)</b>	<b>(61.055)</b>	<b>(15.281)</b>	<b>25.429</b>	<b>(59.990)</b>
Receitas financeiras	428	1.919	2.248	6.527	8.949	19.756
Despesas financeiras	(1.272)	(1.647)	(968)	(19.377)	(42.661)	(17.801)
Resultado financeiro (nota 33)	(844)	272	1.280	(12.850)	(33.712)	1.955
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(30.989)</b>	<b>(11.768)</b>	<b>(59.775)</b>	<b>(28.131)</b>	<b>(8.283)</b>	<b>(58.035)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 24)	-	-	-	(2.858)	(3.485)	(1.740)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 24)	(977)	-	7.123	(977)	-	7.123
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(31.966)</b>	<b>(11.768)</b>	<b>(52.652)</b>	<b>(31.966)</b>	<b>(11.768)</b>	<b>(52.652)</b>
Resultado líquido do período por ação- Básico e diluído (nota 34) (R\$/Ação)	<b>(0,75)</b>	<b>(0,28)</b>	<b>(1,23)</b>	<b>(0,75)</b>	<b>(0,28)</b>	<b>(1,23)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes em

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Prejuízo líquido do exercício	(31.966)	(11.768)	(52.652)	(31.966)	(11.768)	(52.652)
Ajuste acumulado de conversão (nota 16)	12.840	35.517	867	12.840	35.517	867
Total de resultados abrangentes do exercício atribuível aos proprietários da controladora.	<u>(19.126)</u>	<u>23.749</u>	<u>(51.785)</u>	<u>(19.126)</u>	<u>23.749</u>	<u>(51.785)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	327.267	(118)	1.923	11.155	(15.527)	(40.745)	283.955
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(52.652)	-	(52.652)
Absorção de reserva de lucros com prejuízo	-	-	-	(11.155)	11.155	-	-
Absorção de reserva legal com prejuízo	-	-	(1.923)	-	1.923	-	-
Ajuste de conversão (nota 16)	-	-	-	-	-	867	867
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	327.267	(118)	-	-	(55.101)	(39.878)	232.170
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(11.768)	-	(11.768)
Ajuste de conversão (nota 16)	-	-	-	-	-	35.517	35.517
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	327.267	(118)	-	-	(66.869)	(4.361)	255.919
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(31.966)	-	(31.966)
Ajuste de conversão (nota 16)	-	-	-	-	-	12.840	12.840
Saldo em 31 de dezembro de 2019	327.267	(118)	-	-	(98.835)	8.479	236.793

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
<b>Prejuízo do exercício</b>	(31.966)	(11.768)	(52.652)	(31.966)	(11.768)	(52.652)
<b>Ajustes por:</b>						
Depreciação de bens, planta e equipamento.	125	155	1.131	6.533	10.017	8.536
Amortização do intangível	149	361	-	149	361	1.078
Depreciação sobre ativo de direito de uso	551	-	-	551	-	-
Equivalência patrimonial	32.494	(7.960)	41.842	-	-	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	(50.055)	(23.255)	40.765
Rendimento de TVM	-	-	(1.592)	-	-	-
Variação cambial não realizada	-	(1.306)	(2.903)	4.595	40.384	(2.943)
Baixa de impostos não recuperáveis	-	-	-	9.738	(3.580)	5.148
Baixa de bens, planta e equipamento	866	-	-	13.565	38.634	125
Baixa de intangível	1.513	-	-	21.707	-	-
Constituição/reversão - Imposto de renda e contribuição social diferidos	977	-	(7.123)	977	-	(7.123)
Incremento da provisão para abandono	-	-	-	14.931	14.623	14.197
Baixa de provisão para abandono	-	-	-	(13.680)	-	(30)
Contingências (reversão)	467	950	-	103	950	(5.631)
Outras movimentações	-	-	(671)	409	-	-
Juros sobre arrendamentos mercantis	32	-	-	32	-	-
Juros sobre depósitos judiciais	(1)	-	(2)	(386)	(519)	(878)
Juros sobre caixa restrito	-	-	-	-	(329)	(275)
Juros sobre empréstimos, líquidos e Outros	1.236	-	-	-	-	-
	<b>6.443</b>	<b>(17.921)</b>	<b>(21.010)</b>	<b>(22.797)</b>	<b>(699)</b>	<b>317</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>						
Contas a receber de clientes	-	-	-	3.488	196	1.017
Adiantamentos ao operador	-	547	72	-	(1)	8.133
Imposto de renda, contribuição social e outros (ativo)	5.557	1.556	(635)	7.784	4.309	1.651
Despesas antecipadas	78	556	2.845	(365)	(1.079)	2.785
Depósitos judiciais	(118)	-	-	7.856	6.087	-
Outros ativos	(1.455)	(30)	(309)	(799)	(767)	(326)
Obrigações trabalhistas	(1.131)	350	78	(1.143)	363	76
Fornecedores	(43)	29	(25.438)	(3.516)	1.591	(2.753)
Imposto de renda, contribuição social e outros (passivo)	(191)	-	-	(1.405)	-	(398)
Outras obrigações	9	(270)	(74)	2.490	1.240	(122)
<i>Royalties</i>	-	-	-	(3)	(14)	(27)
Valores a pagar ao operador	1.482	-	-	2.047	-	(31.157)
		<b>221</b>	<b>(774)</b>		<b>268</b>	
<b>Caixa líquido proveniente (usado) das atividades operacionais</b>	<b>10.631</b>	<b>(14.962)</b>	<b>(45.245)</b>	<b>(6.363)</b>	<b>15.772</b>	<b>(20.804)</b>

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>						
Aumento de capital em controlada	(12.675)	(27.030)	(40.000)	-	-	-
Redução de capital em controlada	-	-	70.000	-	-	-
Restituição de investimento em controlada	33	-	-	-	-	-
Caixa refeito	-	-	-	(923)	(2.686)	(12.572)
Resgate (aplicação) de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	21.316
Recebimento de dividendos	-	-	2.680	-	-	-
Pagamento de principal de empréstimos recebido de empresa ligada	(7.500)	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos de empresa ligada	5.094	25.077	-	-	-	-
Aquisição de intangível	(4)	-	-	4	-	-
Aquisição de imobilizado	(58)	(183)	(522)	(8.696)	(33.734)	(8.625)
<b>Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimento</b>	<b>(15.110)</b>	<b>(2.136)</b>	<b>32.158</b>	<b>(9.615)</b>	<b>(36.420)</b>	<b>119</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>						
Pagamento de passivos de arrendamento	(629)	-	-	(629)	-	-
<b>Caixa líquido usado das atividades de financiamento</b>	<b>(629)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(629)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Diminuição do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(5.108)</b>	<b>(17.098)</b>	<b>(13.087)</b>	<b>(16.607)</b>	<b>(20.648)</b>	<b>(20.685)</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.940	26.038	39.125	82.757	119.692	138.062
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(2.577)	(16.288)	2.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.832	8.940	26.038	63.573	82.757	119.692
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(5.108)</b>	<b>(17.098)</b>	<b>(13.087)</b>	<b>(16.607)</b>	<b>(20.648)</b>	<b>(20.685)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

## Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
<b>Receitas</b>	<b>300</b>	<b>588</b>	<b>650</b>	<b>46.080</b>	<b>42.952</b>	<b>59.219</b>
Vendas de gás e óleo	-	-	-	32.400	33.688	34.831
Outras receitas	300	588	650	13.680	9.264	24.388
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(4.791)</b>	<b>5.943</b>	<b>4.818</b>	<b>42.018</b>	<b>24.541</b>	<b>98.194</b>
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	7.508	2.101	759
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.791)	5.943	4.818	84.565	45.695	56.700
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	(50.055)	(23.255)	40.735
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>5.091</b>	<b>(5.355)</b>	<b>(4.168)</b>	<b>4.062</b>	<b>18.411</b>	<b>(38.975)</b>
Depreciação e amortização	1.203	879	1.131	7.233	10.378	9.544
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>3.888</b>	<b>(6.233)</b>	<b>(5.299)</b>	<b>(3.171)</b>	<b>8.033</b>	<b>(48.519)</b>
Valor adicionado recebido em transferência	(32.066)	9.879	(39.594)	6.527	8.949	19.756
Resultado da equivalência patrimonial	(32.494)	7.960	(41.842)	-	-	-
Receitas financeiras	428	1.919	2.248	6.527	8.949	19.756
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(28.178)</b>	<b>3.646</b>	<b>(44.893)</b>	<b>3.356</b>	<b>16.982</b>	<b>(28.763)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(28.178)</b>	<b>3.646</b>	<b>(44.893)</b>	<b>3.356</b>	<b>16.982</b>	<b>(28.763)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>626</b>	<b>10.804</b>	<b>11.157</b>	<b>13.622</b>	<b>13.986</b>	<b>14.098</b>
Remuneração direta	(888)	8.780	9.251	11.894	11.752	11.983
Benefícios	1.113	1.424	1.270	1.327	1.634	1.479
F.G.T.S.	401	600	636	401	600	636
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.520</b>	<b>2.964</b>	<b>(4.362)</b>	<b>19.836</b>	<b>11.759</b>	<b>6.605</b>
Federais	2.460	2.908	(4.404)	19.024	11.445	6.446
Estaduais	-	-	-	-	94	17
Municipais	60	56	42	362	220	142
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>642</b>	<b>1.646</b>	<b>964</b>	<b>2.314</b>	<b>3.005</b>	<b>3.186</b>
Juros	1.271	1.646	964	38	1	2
Aluguéis	(629)	-	-	(629)	-	-
Outras	-	-	-	2.905	3.004	3.184
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(31.966)</b>	<b>(11.768)</b>	<b>(52.652)</b>	<b>(31.966)</b>	<b>(11.768)</b>	<b>(52.652)</b>
Prejuízo do Período	(31.966)	(11.768)	(52.652)	(31.966)	(11.768)	(52.652)

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Ouro Preto Óleo e Gás S.A. (“Companhia” ou “Ouro Preto”) foi constituída em 17 de junho de 2010 sob a razão social de BN 37 Participações Ltda. Em 8 de julho de 2010, os sócios deliberaram pela alteração da razão social para SRM Óleo e Gás Ltda.; em 4 de agosto de 2010 para SRM Óleo e Gás S.A.; em 31 de dezembro de 2010 para a YXC Óleo e Gás S.A. e em 13 de setembro de 2012 para Ouro Preto Óleo e Gás S.A.

A Companhia tem como objeto social (a) explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

A Ouro Preto arrematou cinco contratos de concessão referentes aos blocos exploratórios adquiridos durante a 11ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em 14 de maio de 2013; dos quais quatro contratos de concessão em terra, na bacia do Parnaíba, e um no mar, na bacia de Barreirinhas. Ouro Preto é a operadora com 100% de participação, nesses contratos de concessão mencionados. Além disso, na 12ª Rodada de Licitações da ANP, que ocorreu em 28 de novembro de 2013, a Ouro Preto arrematou mais sete blocos na bacia do Recôncavo, na Bahia, em parceria com a Petrobras, Neptune e Cowan. O percentual da Ouro Preto no REC-T-194 e REC-T-208 é 30% e no REC-T- 225, REC-T-239, REC-T-240, REC-T-253 e REC-T-254 é 35%. Os contratos de concessão da 12ª Rodada foram assinados no dia 15 de maio de 2014 e com isso a Ouro Preto tornou-se detentora de 12 blocos exploratórios que compreendem uma área total de 12.538,2 Km<sup>2</sup>.

Em 29 de agosto de 2014, a Companhia efetivou a aquisição das Companhias EP Energy do Brasil Ltda e EP Energy Pescada Ltda, posteriormente denominadas OP Energia Ltda (“OP Energia”) e OP Pescada Óleo e Gás Ltda (“OP Pescada”), respectivamente, assim aumentando seu portfólio com ativos de desenvolvimento e de produção.

Em outubro de 2015, a Companhia participou da 13ª Rodada de Licitações da ANP, na qual foram arrematados mais três blocos na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, sendo operadora em todos eles, com 100% de participação. Também em 2015, a Ouro Preto deu continuidade à campanha exploratória, em especial nos blocos da Bacia do Parnaíba, destacando-se a contratação de serviços de levantamento e processamento sísmico nesta Bacia, bem como o início das atividades de permissória. (início das atividades de permissória).

No que se refere ao bloco BAR-M-387, localizado na bacia de Barreirinhas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) emitiu a licença para a realização das atividades de sísmica neste bloco e nos adjacentes, pertencentes a outros concessionários. Devido a demora para obtenção da licença ambiental para as atividades sísmicas, a concessão foi estendida por 454 dias.

Em dezembro de 2016, a Companhia vendeu 40% da sua participação na OP Pescada para a OP Energia.

Em 2019, a Ônix Petróleo e Gás Participações S.A. (“Ônix”), indiretamente controlada por Starboard Special Situations II Multi-Strategic Investment Fund (SSSF2), um fundo gerido pela Starboard Asset Ltda., iniciou o processo de aquisição de 100% de participação acionária na Ouro Preto, o que foi assinado em dezembro de 2019 e concluído em fevereiro de 2020.

#### **Interdição das atividades no campo de Camarupim (OP Energia)**

Em 11 de fevereiro de 2015, as atividades no campo de Camarupim, que tem como operador da concessão a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), foram interditadas pela ANP em decorrência do acidente com o FPSO (*Floating Production, Storage & Offloading*) Cidade de São Mateus (“FPSO CSM”). Por consequência, a companhia ficou impossibilitada de continuar as suas operações nesse campo.

Em 2019, a Ouro Preto iniciou o processo de venda do campo de Camarupim. A transação foi assinada em 30 de agosto de 2019 com valor da transação (*consideration*) de US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos) e foi concluída em 13 de maio de 2020. A Ouro Preto Óleo já iniciou o processo de devolução do campo de Pinaúna junto à ANP, alinhada a estratégia de enfoque em ativos de produção e aguarda a análise do órgão regulador.

#### **Relação das entidades controladas pela Companhia**

Seguem abaixo as entidades controladas:

Controladas	% Participação			
	2019	2018	2017	01.01.2017
OP Energia Ltda (“OP Energia”)	100%	100%	100%	100%
OP Pescada Óleo e Gás Ltda (“OP Pescada”)*	100%	100%	100%	100%
Ouro Preto Energia Onshore S.A. (“OPEO”)	100%	100%	100%	100%
OP Enchova e Pampo Óleo e Gás S.A. (“OP Enchova e Pampo”)**	-	100%	-	-

(\*) A companhia possui 60% de participação direta na controlada e 40% de participação indireta via subsidiária OP Energia.

(\*\*) A Companhia OP Enchova e Pampo Óleo e Gás S.A., foi extinta em 30/08/2019.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Ouro Preto possuía o controle sobre as entidades controladas de forma que as demonstrações financeiras estão apresentadas consolidadas.

### **OP Energia**

OP Energia tem por objeto social o exercício de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a OP Energia participava de sete contratos de concessão com a ANP, dos quais dois eram referentes a blocos exploratórios (BM-CAL-312 e BM-CAL-372), dois referentes a campos na fase de desenvolvimento (Pinaúna e Camarão), um referente a campo na fase de produção (Camarupim) e dois referentes a áreas em avaliação (BM-CAL-5 e BM-ES-5). Os campos em desenvolvimento são operados pela OP Energia, enquanto que as demais concessões são operadas pela Petrobras.

### **OP Pescada**

A OP Pescada tem por objeto social o exercício de atividades de exploração, produção, comércio atacadista e a exportação de petróleo e gás natural, bem como a prestação de serviços relacionados a tais atividades. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a OP Pescada participava de três contratos de concessão da ANP, correspondendo a três áreas em fase de produção. Todos os campos são operados pela Petrobras. A OP Pescada detém participação de 35% em cada uma destes campos no Rio Grande do Norte, denominadas: Pescada, Arabaiana e Dentão. Além dos itens listados anteriormente, até fevereiro de 2019, a OP Pescada participava de um contrato de concessão da ANP operados pela Petrobras, de desenvolvimento no campo denominado como Guaiúba localizado no Rio Grande do Norte. Cabe destacar que esse ativo já passou pelo processo de Abandono e Descomissionamento.

Em 2019, a OP Pescada iniciou o processo de aquisição da participação da Petrobras de 65% nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O *consideration* da transação foi de US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos) e também envolveu um montante fixo de compartilhamento de custo de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) a ser pago pelo vendedor ao comprador referente ao abandono de poços; e descomissionamento dutos e plataformas que será devido a medida que os ativos forem descomissionados. A transação foi assinada em 09 de julho de 2020 e a expectativa da companhia é que seja concluída ao longo de 2021.

### **OPEO**

Em 19 de outubro de 2016, a Ouro Preto submeteu à apreciação da ANP, proposta para cessão dos ativos por ela detidos na bacia do Parnaíba, totalizando sete blocos na fase exploratória (PN-T-114, PN-T-137, PN-T-151, PN-T-165, PN-T-145, PN-T-162 e PN-T-65). O processo foi aprovado pela ANP em 15 de fevereiro de 2017 e os ativos passaram a ser operados pela subsidiária OPEO. Em 2018, a OPEO, deu continuidade à campanha para perfuração de poços exploratórios na bacia do Parnaíba.

Após finalizar a atividade de terraplenagem e construção das bases em julho de 2018, foi dado início à atividade de perfuração, que inicialmente ocorreu em Jatobá (bloco PN-T-137) e posteriormente em Serra Negra (bloco PN-T-114).

A avaliação dos dados dos poços (*post-mortem*) serviu de base para reinterpretação geológica e geofísica dos blocos visando a identificação de novos prospectos. Após análise, não foram identificados novos prospectos

Ao final da atividade de perfuração, a equipe do Programa de Comunicação Social da Ouro Preto retornou às locações para comunicar o fim da atividade e avaliar o trabalho desenvolvido. Esse tipo de ação reforça a interação com os moradores das localidades e mantém uma linha direta de comunicação com os representantes dos órgãos públicos e das comunidades.

As atividades de recuperação das áreas em que houve mobilização para a perfuração (PN-T-114 e PN-T-137), bem como da área no bloco PN-T-165, ocorreram entre os meses de fevereiro e março de 2019. Logo após a conclusão das atividades de recuperação, as áreas foram objeto de auditoria ambiental pela empresa Catalina Consultores Associados Ltda, na qual não foram constatadas não conformidades, considerando as áreas aptas para a devolução à ANP.

Em maio de 2019, foram iniciados os processos de devolução dos blocos PN-T-65, PN-T-137, PN-T-145, PN-T-151, PN-T-162 e PN-T-165 junto à ANP. A aprovação dos relatórios de devolução se deram em agosto de 2019 para os blocos PN-T-65 (Despacho N° 35/2019/SEP/ANP-RJ), PN-T-145 (Despacho N° 37/2019/SEP/ANP-RJ), PN-T-151 (Despacho N° 39/2019/SEP/ANP-RJ), PN-T-162 (Despacho N° 36/2019/SEP/ANP-RJ) e PN-T-165 (Despacho N° 38/2019/SEP/ANP-RJ). Para o bloco PN-T-137, a aprovação do relatório de devolução ocorreu em janeiro de 2020 (Despacho N° 232/2020/SEP/ANP-RJ).

Em 2019, após análises da administração foi necessário a realização de provisão para impairment sobre o bloco PN-T-114. Este teve o processo de devolução à ANP iniciado em março de 2020 e encontra-se em avaliação por parte da ANP. Este ativo está 100% provisionado.

### ***OP Enchova e Pampo***

Em 26 de março de 2018 foi constituída a Herten RJ Empreendimentos Imobiliários S.A., que teve a razão social alterada para OP Enchova e Pampo em 20 de agosto de 2018, tem por objeto social explorar, produzir, distribuir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos na bacia de Campos, realizar o transporte de petróleo, seus derivados e gás natural e realizar a geração, transmissão e distribuição de eletricidade e energia e participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia. Em 30 de agosto de 2019, houve a liquidação da OP Enchova e Pampo.

## **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 28 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As controladas OP Pescada e OP Energia, utilizam o dólar norte-americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras das controladas e controladora em conjunto são apresentadas em reais (R\$)..

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 22** – Provisão de Abandono dos Poços (extensão das concessões);
- **Nota explicativa 17 e 18** - Teste de *Impairment*

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 17** - Imobilizado (depreciação e *impairment*)
- **Nota Explicativa nº 18** – Intangível (amortização e *impairment*)
- **Nota Explicativa nº 22** - Provisão para abandono de instalações (prazo do abandono, custo estimado e taxa de desconto)
- **Nota Explicativa nº 23** - Provisão para contingências (probabilidade de perda das causas em aberto)

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **5.1- Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019**

#### **(i) IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Arrendamento)**

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, emitido pelo CPC, em substituição à versão anterior da referida norma CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2), estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 25.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada sob a qual as informações comparativas não foram reapresentadas; e o direito de uso do ativo foi mensurado pelo mesmo valor que o passivo do arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia decidiu adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para os arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

O impacto na demonstração do resultado após a adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do bem de direito de uso do objeto dos contratos e a despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, calculada com base nas taxas de captação vigentes no momento da contratação dessas operações.

A seguir seguem as informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil utilizadas pela Companhia:

#### **Reconhecimento**

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado a valor presente, descontado à taxa de juros nominal incremental do empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- a) Pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa;
- b) Valores pagos pelo locatário sob garantias de valor residual;

- c) Preço de exercício de uma opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de que exercerá a opção;
- d) Pagamento de multa por rescisão do contrato de arrendamento se os termos contratuais contemplarem o exercício da opção pelo arrendatário; e

Os ativos de direito de uso são medidos de acordo com os seguintes itens:

- a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- b) Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos das operações de arrendamento mercantil de curto prazo, bem como das operações de arrendamento mercantil de bens de baixo valor, são contabilizados no resultado como despesa.

#### **Considerações relevantes na determinação do prazo de arrendamento**

Na determinação do prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam incentivo econômico ao exercício da opção de prorrogação ou rescisão do contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando houver razoável certeza de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto).

Tal avaliação é revista no caso de um evento ou mudança significativa nas circunstâncias, que afeta tal avaliação e está sob o controle do locatário.

#### ***Transição CPC 06 (R2) / IFRS 16***

A Companhia adotou o CPC 06(R2) a partir do dia 1º de janeiro de 2019, data de adoção inicial, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, dessa forma, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser divulgada de acordo com o CPC 06. Como resultado da adoção, a Companhia alterou sua política contábil para os contratos de arrendamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 25 – “Arrendamentos. “

#### **(ii) ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda**

Em 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou a interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo CPC, que descreve como determinar a posição contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo;
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

No período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **5.2- Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018**

### **(i) IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)**

O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

#### ***Classificação - Ativos financeiros***

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma substitui as categorias na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

#### ***Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais***

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a companhia definiu por sempre utilizar perdas de crédito esperadas para a vida inteira para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

#### ***Passivos financeiros***

O CPC 48 preserva grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

#### **(ii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de contrato de clientes)**

O CPC 47 diz respeito ao reconhecimento da receita dos contratos com o cliente. A norma estabelece princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. O reconhecimento da receita deve acontecer quando a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. A transferência pode ser ao longo do tempo (“over time”) ou em um momento específico (“at a point in time”).

As receitas da Companhia advêm da venda de produtos (Óleo e Gás), consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes. Portanto, não tem diferença com o momento em que os riscos e benefícios eram considerados transferidos de acordo com CPC 30 e a aplicação do CPC 47/ não teve impacto nas políticas contábeis para reconhecimento de receitas sobre as vendas.

## 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

– os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

## 7 Retificação de erros

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8).

Durante o exercício de 2019, a Companhia identificou ajustes referente a necessidade de correção de erros imateriais de exercícios anteriores referentes a taxa de desconto usada para mensurar a provisão de abandono de instalações em suas controladas com impacto nos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 e nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, além de ajustes na conversão de balanço da moeda funcional para a moeda de apresentação.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

### (i) Balanço patrimonial

#### 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste Reapresentado		Anteriormente Apresentado	Ajuste Reapresentado	
Investimentos	295.540	(650)	294.899	-	-	-
<b>Total de ativos</b>	<b>316.220</b>	<b>(650)</b>	<b>315.570</b>	<b>425.782</b>	<b>-</b>	<b>425.782</b>
Provisão para abandono de poços	-	-	-	121.043	737	121.780
Outras obrigações	-	-	-	12.583	(87)	12.496
<b>Total de passivos</b>	<b>59.651</b>	<b>-</b>	<b>59.651</b>	<b>169.213</b>	<b>650</b>	<b>169.863</b>
Prejuízos acumulados	(66.563)	(306)	(66.869)	(66.563)	(306)	(66.869)
Ajuste acumulado de conversão	(4.017)	(344)	(4.361)	(4.017)	(344)	(4.361)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>256.569</b>	<b>(650)</b>	<b>255.919</b>	<b>256.569</b>	<b>(650)</b>	<b>255.919</b>

### 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Investimentos	231.196	(6.814)	224.382	-	-	-
<b>Total de ativos</b>	<b>272.278</b>	<b>(6.814)</b>	<b>265.464</b>	<b>453.309</b>	-	<b>453.309</b>
Provisão para abandono de poços	-	-	-	174.830	6.814	181.645
<b>Total de passivos</b>	<b>33.294</b>	-	<b>33.294</b>	<b>214.325</b>	<b>6.814</b>	<b>221.139</b>
Prejuízos acumulados	(48.287)	(6.814)	(55.101)	(48.287)	(6.814)	(55.101)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>238.984</b>	<b>(6.814)</b>	<b>232.170</b>	<b>238.984</b>	<b>(6.814)</b>	<b>232.170</b>

### 1º de janeiro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Investimentos	273.139	(6.844)	266.296	-	-	-
<b>Total de ativos</b>	<b>356.464</b>	<b>(6.844)</b>	<b>349.620</b>	<b>525.857</b>	-	<b>525.857</b>
Provisão para abandono de poços	-	-	-	148.251	6.844	155.095
<b>Total de passivos</b>	<b>65.665</b>	-	<b>65.665</b>	<b>235.058</b>	<b>6.844</b>	<b>241.902</b>
Prejuízos acumulados	(8.683)	(6.844)	(15.527)	(8.683)	(6.844)	(15.527)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>290.799</b>	<b>(6.844)</b>	<b>283.955</b>	<b>290.799</b>	<b>(6.844)</b>	<b>283.955</b>

**(ii)** Demonstrações do resultado e resultado abrangente

### 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Anteriormente Apresentado	Consolidado	
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado		Ajuste	Reapresentado
Custo dos produtos vendidos	-	-	-	(17.972)	6.334	(11.638)
(Perda) / reversão no valor recuperável de ativos	-	-	-	18.601	4.654	23.255
Equivalência patrimonial	1.453	6.508	7.960	-	-	-
Receitas financeiras	1.919	-	1.919	10.288	(1.339)	8.949
Despesas financeiras	(1.647)	-	(1.647)	(39.520)	(3.141)	(42.661)
Lucro (prejuízo)	(18.276)	6.508	(11.768)	(18.276)	6.508	(11.768)

	Controladora			Anteriormente Apresentado	Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado		Ajuste	Reapresentado	
líquido do exercício							
Ajuste acumulado de conversão	35.861	(344)	35.517	35.861		(344)	35.517
Total do resultado abrangente	17.585	6.164	23.749	17.585		6.164	23.749
Lucro por ação	0,43	(0,15)	0,28	0,43		(0,15)	0,28

### 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado
(Perda) / reversão no valor recuperável de ativos		-	-	(40.765)	30	(40.735)
Equivalência patrimonial	(41.201)	30	(41.171)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(52.682)	30	(52.652)	(52.682)	30	(52.652)
Lucro por ação	(1,23)	-	(1,23)	(1,23)	-	(1,23)
Total do resultado abrangente	(51.815)	30	(51.785)	(51.815)	30	(51.785)

### (iii) Demonstrações do fluxo de caixa

#### 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(14.962)	-	(14.962)	(515)	16.288	15.772
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.136)	-	(2.136)	(36.420)		(36.420)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-			-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.038	-	26.038	119.692	-	119.692
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	(16.288)	(16.288)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.940	-	8.940	82.757	-	82.757

### 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(45.245)	-	(45.245)	(18.489)	(2.315)	(20.804)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	32.158	-	32.158	119	-	119
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.125	-	39.125	138.062	-	138.062
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	2.315	2.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.038	-	26.038	119.692	-	119.692

## 8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### 8.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

### 8.2 Transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são

reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ativos e passivos das controladas que possuem como moeda funcional o dólar americano são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes- ajustes acumulados de conversão

### **8.3 Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

### **8.4 Caixa restrito**

São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor.

### **8.5 Receitas de contrato com cliente**

#### **(i) Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 / CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)**

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Empresa reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente.

#### **(ii) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30/IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando há a transferência dos riscos e benefícios dos produtos para o cliente.

## **8.6 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- unwinding of discount on the abandonment liabilities;
  
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre as provisões de abandono.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto

## **8.7 Impostos**

### ***Impostos sobre a receita***

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços ("ICMS")	18%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que fora decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## **8.8 Imobilizado**

### ***Reconhecimento e mensuração***

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado do resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para “Ativos de Óleo e Gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) são capitalizados como “Ativos de Óleo e Gás”.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção são estimados e registrados como parte dos custos desses ativos, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Essa provisão é apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo. As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a taxa livre de risco ajustada pelo prêmio de risco país. As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente ou quando há indicação de

mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão é atualizada mensalmente em base pro-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco ajustada com a qual foi descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### ***Depreciação***

Os “Ativos de Óleo e Gás”, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na notas explicativas nº 17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### ***Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

## **8.9 Intangível**

### ***Reconhecimento e mensuração***

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***Amortização***

A amortização de softwares e licenças e estudos ambientais é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens são de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os bônus de assinatura e gastos exploratórios são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos são lançados no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **8.10 Ativos mantidos para venda e operação descontinuada**

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

A Administração da Companhia entende que o ativo mantido para venda que trata-se da alienação de Camarupim não representa uma operação descontinuada. A concessão de Camarupim, da OP Energia, que tem como segmento principal a exploração e produção de ativos de óleo e gás. Além de Camarupim, a controlada detém os blocos CE-M-603, POT-M-475 e BM-CAL-4 (Camarão e Pinaúna), ou seja, a operação representou a venda de um ativo isolado e não representa assim a descontinuação de um segmento operacional.

## 8.11 Instrumentos financeiros

### **(i) Instrumentos financeiros conforme o IFRS 9 / CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)**

A mensuração de ativos e passivos financeiros da Companhia são inicialmente mensurados a valor justo por meio do resultado. Conforme IFRS 9 / CPC 48 (no exercício de 2017 a Companhia seguia o IAS 39 / CPC 38).

Segue abaixo as classificações utilizadas nos períodos:

	<b>Classificação</b>	
	<b>CPC 38 / IAS 39 (anterior a 01.01.2018)</b>	<b>CPC 48 - IFRS 9 (após a 01.01.2018)</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Mensuração pelo valor justo por meio do resultado	Mensuração pelo valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa restrito	Mensuração pelo valor justo por meio do resultado	Mensuração pelo valor justo por meio do resultado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a pagar ao operador	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras obrigações	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

#### ***Ativos Financeiros***

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo o fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos;

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros devem ser mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, se as duas condições a seguir forem atendidas.
  - (a) o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
  - (b) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

### ***Passivos financeiros***

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, como no caso dos instrumentos financeiros derivativos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

### **(a) *Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros***

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiro: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Note 36.

**(b) *Impairment de ativos financeiros***

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

**(c) Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(ii) Instrumentos financeiros conforme o CPC 38/IAS 39 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### ***Impairment dos ativos financeiros***

A base para *impairment* possui o conceito de perda incorrida, ou seja, o ativo financeiro é reduzido quando há evidência objetiva de perda incorrida.

## **8.12 Investimentos**

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas OP Energia e OP Pescada, que possuem moeda funcional distinta da controladora, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

## **8.13 Contas a receber de clientes**

Estão apresentadas a valores de realização.

A Companhia realiza uma revisão de suas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 concluiu que os efeitos da expectativa de perda não são significativos, devido a Companhia possuir um único cliente (Petrobras) que é uma empresa Estatal e tem baixo risco de crédito.

## **8.14 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. A partir daí, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e processos administrativos**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos.

#### **8.15 Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais, quando requeridos, são registrados conforme sua competência e suas atualizações monetárias, são registradas no resultado como receita financeira.

#### **8.16 Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás**

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados exploração, desenvolvimento e produção até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais quando entram na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, declínio na curva de produção, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril, custos e investimentos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 22). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

### **8.17 Valores a pagar ao operador**

Os valores a pagar ao operador são obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos no curso normal das operações, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante.

### **8.18 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma e as outras receitas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **8.19 Resultado líquido por ação**

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

## **9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 10 Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito

### 10.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Caixa e bancos	1	1	4	17	7	23	39	354
Aplicações financeiras(*)	3.831	8.939	26.034	39.108	63.566	82.734	119.653	137.708
	<b>3.832</b>	<b>8.940</b>	<b>26.038</b>	<b>39.125</b>	<b>63.573</b>	<b>82.757</b>	<b>119.692</b>	<b>138.062</b>

(\*)As aplicações financeiras constituem-se, integralmente, em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) mantidos em banco de primeira linha (Banco Itaú e Banco Santander) e estão disponíveis para negociação e, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem perda significativa de valor para a Companhia. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Os rendimentos obtidos pelas aplicações financeiras estão demonstradas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Rendimentos com aplicações financeiras (Nota 34)	188	1.567	1.593	4.605	7.642	14.320

### 10.2 Caixa restrito

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Fiança bancária (a)	-	-	-	-	3.742	3.533	3.129	2.407
Conta garantida (b)	-	-	-	-	15.450	14.736	12.125	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.192</b>	<b>18.269</b>	<b>15.254</b>	<b>2.407</b>

(a) Em 02 de fevereiro de 2016, a controlada OP Energia contratou fiança bancária com o Banco Santander no valor de R\$2.407, com vencimento em 31 de janeiro de 2022, para garantir o processo de suspensão de exigibilidade de débito perante a Fazenda Nacional relativa a contribuições patronais sociais.

(b) Em 28 de dezembro de 2017, OP Energia abriu conta garantia no valor de R\$12.125 para garantir obrigações da Companhia durante seu processo de arbitragem. Em maio de 2020 houve a finalização do processo e o valor foi integralmente liberado a favor da Companhia

## 11 Títulos e valores mobiliários

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Certificado de depósito Bancário – CDB	-	-	-	-	-	-	-	21.316
	-	-	-	-	-	-	-	<b>21.316</b>

O saldo de títulos e valores mobiliários em 01 de janeiro de 2017 era referente ao CDB compromissado com o Banco Itaú com vencimento em junho de 2017.

## 12 Contas a receber de clientes

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Vendas de gás	-	-	-	-	2.489	5.116	5.126	6.257
Vendas de óleo	-	-	-	-	1.047	1.908	2.094	1.980
	-	-	-	-	<b>3.536</b>	<b>7.024</b>	<b>7.220</b>	<b>8.237</b>

Referem-se, integralmente, aos valores a receber da Petrobras pela venda da produção de óleo e gás dos campos de Pescada e Arabaiana, no estado do Rio Grande do Norte. A produção é vendida em sua totalidade para a Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não existiam valores vencidos no contas a receber, assim como a Administração avaliou a perda esperada e definiu não haver valor significativo de provisão a ser reconhecido.

## 13 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos recuperar

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Imposto de renda retido na fonte (a)	1.183	6.745	8.220	7.549	6.484	13.684	14.826	10.258
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e CSLL (a)	-	-	73	233	106	88	162	539
Imposto sobre circulação de	-	-	-	-	130	109	174	236

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>2019</b>	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>	<b>Reapresentado 01.01.2017</b>	<b>2019</b>	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>	<b>Reapresentado 01.01.2017</b>
mercadorias e serviços (b) Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (b) Outros	121	116	124	-	121	8.824	11.852	17.632
	-	-	-	-	-	2	2	2
	<u>1.304</u>	<u>6.861</u>	<u>8.417</u>	<u>7.782</u>	<u>6.841</u>	<u>22.707</u>	<u>27.016</u>	<u>28.667</u>
Circulante	<b>100</b>	<b>1.064</b>	<b>631</b>	<b>7.782</b>	<b>546</b>	<b>8.202</b>	<b>7.503</b>	<b>11.035</b>
Não circulante	<b>1.204</b>	<b>5.797</b>	<b>7.786</b>	<b>-</b>	<b>6.295</b>	<b>14.505</b>	<b>19.513</b>	<b>17.632</b>

(a) Refere-se basicamente a imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e saldo decorrentes de pagamentos indevidos em períodos anteriores sobre IRPJ/CSLL, sendo atualizados a taxa básica de juros da economia (SELIC) e utilizados para compensações de impostos federais devidos que a Companhia protocolou junto a Receita Federal do Brasil (“RFB”);

(b) Créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre aquisição de ativos, insumos e serviços relacionados aos campos Camarupim, Pescada, Arabaiana e Dentão respectivamente. Os créditos de ICMS são utilizados para compensar o imposto devido do faturamento de óleo/gás de acordo com Controle de Crédito do Ativo Permanente (CIAP); Para o PIS/COFINS não há a utilização dos créditos uma vez que não há imposto devido a ser compensado sobre as operações de Camarupim, devido a interrupção das operações decorrido do acidente da FPSO CSM em Fevereiro de 2015.

## 14 Ativo mantido para venda

Em agosto de 2019, a Administração se comprometeu com um plano para vender o campo de Camarupim de sua controlada OP Energia. Assim, este campo está apresentado como um grupo de ativo mantido para venda no valor de R\$ 25.994. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda ocorreu em maio de 2020.

O valor do ativo mantido pra venda representa o valor negociado com a contraparte para a venda do Campo de Camarupim, onde a companhia concordou com um preço final de US\$5.000.000 (cinco milhões de dólares americanos). A Administração entende que o preço reflete um modelo com premissas embasadas em parâmetros atuais de mercado, como o preço de petróleo e a taxa de desconto. O valor contábil dos ativos líquidos é menor que o valor justo da transação e por essa razão não tem risco de perda adicionais de recuperabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado conforme o quadro abaixo e compreendia os seguintes ativos e passivos:

Campo Camarupim	20.154
Adiantamentos ao operador	5.840
<b>Ativo mantido para venda</b>	<b>25.994</b>
<hr/>	
Valor a pagar ao operador	14.148
<b>Passivo mantido para venda</b>	<b>14.148</b>

Os valores de adiantamento e a pagar a operador estão relacionados ao campo de Camarupim e não serão mais devidos após a venda deste campo.

## 15 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos de suas controladas, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Os saldos dos depósitos judiciais totalizam R\$ 2.527 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$9.997 em 2018, R\$15.565 em 2017 e R\$ 14.687 em 01 de janeiro de 2017). Esses depósitos obrigatórios estão relacionados principalmente a questões tributárias. O saldo de depósitos judiciais da controladora no valor de R\$ 122 em 2019 (R\$2 em 2018 e R\$2 em 2017) refere-se a questões trabalhistas.

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Fiscais	-	-	-	-	1.359	8.950	14.519	13.650
Trabalhistas	122	2	2	-	299	179	178	175
Outros	-	-	-	-	869	868	868	862
	<b>122</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2.527</b>	<b>9.997</b>	<b>15.565</b>	<b>14.687</b>

## 16 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os investimentos da Companhia apresentavam a seguinte composição:

	Controladora			
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
OP Energia Ltda. (“OP Energia”) – 100%	218.134	214.460	150.217	220.121
OP Pescada Óleo e Gás Ltda. (“OP Pescada”) – 60%	69.707	49.809	38.473	41.046
Ouro Preto Energia Onshore S.A (“OPEO”) – 100%	37	30.615	35.693	5.129
OP Enchova e Pampo S.A (“OPENP”) – 100%	-	5	-	-
	<b>287.878</b>	<b>294.889</b>	<b>224.383</b>	<b>266.296</b>

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 está demonstrada como segue:

	<b>OP Energia</b>	<b>OP Pescada</b>	<b>OPEO</b>	<b>OPENP</b>	<b>Total</b>
Saldo 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	<b>220.121</b>	<b>41.046</b>	<b>5.129</b>	-	<b>266.296</b>
Aporte de capital	40.000	-	30.670	-	70.670
Redução de capital	(70.000)	-	-	-	(70.000)
Distribuição de dividendos	-	(1.608)	-	-	(1.608)
Resultado de equivalência patrimonial	(40.373)	(1.363)	(106)	-	(41.842)
Ajuste acumulado de conversão	469	398	-	-	867
Saldo 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	<b>150.217</b>	<b>38.473</b>	<b>35.693</b>	-	<b>224.383</b>
Aporte de capital	-	-	27.000	30	<b>27.030</b>
Resultado de equivalência patrimonial	35.896	4.167	(32.078)	(25)	<b>7.960</b>
Ajuste acumulado de conversão	28.347	7.169	-	-	<b>35.517</b>
Saldo 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	<b>214.460</b>	<b>49.809</b>	<b>30.615</b>	<b>5</b>	<b>294.889</b>
Aporte de capital	-	-	12.605	70	<b>12.675</b>
Baixa de investimento	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(33)	<b>(33)</b>
Ajuste acumulado de conversão	(7.020)	17.752	(43.183)	(42)	<b>(32.494)</b>
Ajuste acumulado de conversão	10.694	2.146	-	-	<b>12.840</b>
Saldo 31 de dezembro de 2019	<b>218.134</b>	<b>69.707</b>	<b>37</b>	-	<b>287.878</b>

As informações financeiras resumidas das controladas estão assim resumidas:

Controladora	2019						
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
OP Energia Ltda.	100%	36.082	257.684	16.059	45.426	218.133	(7.020)
OP Pescada Óleo e Gás Ltda.	60%	58.976	169.845	6.011	106.630	116.180	29.585
Ouro Preto Energia Onshore S.A	100%	418	-	381	-	37	(43.183)
		<b>95.476</b>	<b>427.529</b>	<b>22.451</b>	<b>152.056</b>	<b>334.350</b>	<b>(20.618)</b>

**Ouro Preto Óleo e Gás S.A.**  
Relatório trianual contendo o  
Relatório da Administração e as  
Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Controladora	2018						
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
OP Energia Ltda.	100%	32.268	250.423	25.736	42.495	214.460	35.896
OP Pescada Óleo e Gás Ltda.	60%	64.745	147.821	7.771	121.779	83.016	6.945
Ouro Preto Energia Onshore S.A	100%	3.464	31.621	4.470	-	30.615	(32.078)
OP Enchova e Pampo S.A	100%	5	-	-	-	5	(25)
		100.482	429.865	37.977	164.274	328.096	10.738

Controladora	2017						
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
OP Energia Ltda.	100%	73.386	203.169	25.544	100.794	150.217	(40.373)
OP Pescada Óleo e Gás Ltda.	60%	37.994	152.451	4.739	121.585	64.121	(2.272)
Ouro Preto Energia Onshore S.A	100%	7.825	30.127	2.259	-	35.693	(106)
		119.205	385.747	32.542	222.379	250.031	(42.751)

Controladora	01.01.2017						
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
OP Energia Ltda.	100%	145.226	213.868	47.829	91.144	220.121	107.328
OP Pescada Óleo e Gás Ltda.	60%	14.606	166.774	4.239	108.732	68.409	(28.181)
Ouro Preto Energia Onshore S.A	100%	5.192	-	63	-	5.129	131
		165.024	380.642	52.131	199.876	293.659	79.278

Durante o exercício de 2019, a Companhia identificou ajustes referente a necessidade de correção de erros imateriais de exercícios anteriores referentes a taxa de desconto usada para mensurar a provisão de abandono de instalações em suas controladas com impacto nos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 e nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, além de ajustes na conversão de balanço da moeda funcional para a moeda de apresentação,. Os saldos das controladas foram rerepresentadas nesta demonstração financeira.

## 17 Imobilizado

Custo	Imobilizado administrativo	Ativos de óleo e gás	Total	Imobilizado administrativo	Ativos de óleo e gás	Total
<b>Em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)</b>	2.463	-	2.463	26.458	863.365	889.823
Adições	-	878	878	255	8.370	8.625
Ajuste de conversão	-	-	-	(64)	(8.736)	(8.800)
Ajuste na estimativa de abandono	-	-	-	-	12.749	12.749
Baixa	-	-	-	-	(128)	(128)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(40.398)	(40.398)
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)</b>	2.463	878	3.341	26.649	835.222	861.871
Adições	-	183	183	284	33.450	33.734
Ajuste de conversão	-	-	-	1.264	38.358	39.622
Ajuste na estimativa de abandono	-	-	-	-	(35.248)	(35.248)
Baixa	-	-	-	-	(262.082)	(262.082)
<b>Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>	2.463	1.061	3.524	28.197	609.699	637.896
Adições	-	-	-	45	8.593	8.638
Ajuste de conversão	-	-	-	265	10.259	10.259
Ajuste na estimativa de abandono	-	-	-	-	(15.667)	(15.667)
Provisões	-	-	-	-	58	58
Baixa	(378)	(367)	(745)	(759)	(12.805)	(13.564)
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	-	(18.799)	(18.799)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	2.085	694	2.779	27.748	581.338	609.086
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)</b>	(814)	-	(814)	(7.611)	(619.007)	(626.618)
Adições	(522)	-	(522)	(1.028)	(3.003)	(4.031)
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)</b>	(1.336)	-	(1.336)	(8.639)	(622.010)	(630.649)
Adições	(516)	-	(516)	(1.193)	(8.874)	(10.067)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	25.588	25.588
Baixa	-	-	-	-	223.447	223.447
<b>Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>	(1.852)	-	(1.852)	(9.832)	(381.849)	(391.681)
Adições	(503)	-	(503)	(1.229)	(6.036)	(7.265)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	52.380	52.380
Baixa	378	-	378	732	-	732
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	(1.977)	-	(1.977)	(10.329)	(335.507)	(345.837)
<b>Valor residual líquido</b>						
<b>Em 01 de janeiro de 2017</b>	1.649	-	1.649	18.847	244.358	263.205
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	1.127	878	2.005	18.010	213.212	231.222
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	611	1.061	1.672	18.365	227.850	246.215
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	108	694	802	17.419	245.831	263.250
Taxa de depreciação	10%-20%	Método das unidades produzidas	-	10%-20%	Método das unidades produzidas	-

Os ativos administrativos compreendem os saldos de terrenos, móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, veículos e equipamentos de informática.

### **Perdas no valor recuperável de ativos**

Para 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia efetuou a revisão do valor contábil líquido dos seus ativos fixos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que pudessem indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de uma determinada CGU é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### ***OP Pescada***

Para a subsidiária, OP Pescada, foram identificados indícios indicativos de uma potencial reversão de redução ao valor recuperável no período findo em 31 de Dezembro de 2019, essencialmente devido ao menor custo operacional reportado pelo operador, a redução na taxa de desconto devido a (i) uma menor taxa livre de risco, (ii) menor prêmio de risco do país e (iii) menor custo da dívida e a consideração de um prazo mais longo para a concessão, dado que o campo tem reservas para produzir por mais tempo, o que também foi verificado por Gaffney Cline em seu relatório de 30 de junho de 2020. Desta forma, foi realizado o teste de redução ao valor recuperável dos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, e a provisão para redução ao valor recuperável foi parcialmente revertida (vide nota 17). Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa reverteu parcialmente a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 31.709 (em 2018 foi uma reversão de R\$ 19.149 e em 2017 uma provisão de R\$ 21.450). O fluxo de caixa projetado, valor em uso, do ativo foi apresentado juntamente com a informação de redução ao valor recuperável. As principais premissas utilizadas para avaliar o valor recuperável dos ativos foram: preços baseados em cotações de mercado de petróleo e gás e contratos firmados, curvas de produção associadas aos projetos existentes na carteira da Empresa, custos operacionais de mercado, investimentos necessários para listar projetos, prorrogação de prazos de abandono e taxa de desconto de 4,06% em 2019 (11,9% em 2018 e 10,1% em 2017).

### ***OP Energia***

As estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, consideradas razoáveis pela Administração, indicaram a necessidade de reversão da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em 2019, no valor de R\$ 24.380 (reversão em 2018 de R\$ 4.006 e provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 19.285 em 2017), com base no valor recuperável de cada grupo de ativos e premissas adotadas para as estimativas de recuperação futura de seus valores. Em 2019, o método utilizado para a reversão da redução ao valor recuperável foi o justo valor deduzido dos custos de venda, através do comprovante de uma oferta de venda do ativo Campo de Camarupim, no valor de USD 5.000.000 (cinco milhões de dólares americanos). A reversão ocorreu antes da classificação do ativo como mantido para retenção. A OP Energia possui outro ativo - Campo de Camarão - que após as projeções do valor em uso não exigiu redução ao valor recuperável, pois seu valor recuperável é superior ao seu valor contábil.

***Ouro Preto Energia Onshore***

As estimativas e premissas utilizadas pela Empresa, consideradas razoáveis pela Administração, indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no valor de R\$ 6.034 em 2019, em decorrência da devolução dos ativos PNT-65, PNT-137, PNT-145, PNT-151, PNT-162 e PNT-165. Foi efetuado uma redução ao valor recuperável de 100% do valor contábil devido ao início do processo de devolução da última área existente na subsidiária. Em 2018 e 2017, A Administração concluiu que não havia evidências para teste de redução ao valor recuperável e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi constituída



## 18 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e licenças	Bônus de assinatura	Softwares e licenças	Bônus de assinatura
<b>Custo</b>				
Em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	8.474	29.285	8.474	34.379
Adições	-	-	-	26.668
Baixa	-	(26.931)	-	(26.931)
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	8.474	2.354	8.474	34.116
Baixa	-	-	-	(581)
Impairment	-	-	-	35
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	8.474	2.354	8.474	33.570
Adições	4	-	4	-
Baixa	(7.824)	(4.988)	(7.824)	(25.182)
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	(4.463)
Em 31 de dezembro de 2019 (a)	654	777	654	3.925
<b>Depreciação acumulada</b>				
Em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	(7.290)	-	(7.290)	(4.431)
Adições	(611)	-	(611)	(87)
Impairment	-	-	-	(383)
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	(7.901)	-	(7.901)	(4.901)
Adições	(362)	-	(362)	(87)
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	(8.263)	-	(8.263)	(4.988)
Adições	(148)	-	(148)	-
Baixa	7.825	-	7.825	-
Impairment	-	3.411	-	(1.269)
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	3.109
Em 31 de dezembro de 2019	(586)	-	(586)	(3.148)
<b>Valor residual líquido</b>				
Em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	1.184	29.285	1.184	29.948
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	573	2.354	573	29.215
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	211	2.354	211	28.582
Em 31 de dezembro de 2019	68	777	68	777
Amortization rate	20%	Método das unidades produzidas -	20%	Método das unidades produzidas -

Os bônus de assinatura e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados em lucros ou prejuízos.

Trata-se basicamente de (i) *softwares* e pacote de dados que a Companhia adquiriu com a finalidade de suportar os estudos sísmicos necessários à viabilização da sua operação e (ii) bônus de assinatura da ANP - Agência Nacional do Petróleo - referentes aos blocos adquiridos nas Rodadas de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (iii) licença e estudos ambientais dizem respeito aos gastos referentes à licença ambiental nos blocos da bacia do Parnaíba.

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 (controladora) referente ao bônus de assinatura é de R\$ 777, composto pelo saldo inicial de R\$ 2.354 (custo), baixas de R\$ 4.988 e reversão de *impairment* no montante de 3.411.

Em 2019, 2018, e 2017, segue um resumo com a movimentação dos Bônus de assinatura:

Campos	Custo													
	01.01.17	Adição	Baixa	Ajuste de Conversão	2017	Adição	Baixa	Ajuste de Conversão	2018	Adição	Baixa	Ajuste de Conversão	Transferência	2019
Pecada e Arabaiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarão	2.215	-	-	59	2.274	-	-	285	2.559	-	-	119	-	2.678
Camarupim	4.463	-	-	131	4.594	-	-	(131)	4.463	-	-	-	(4.463)	-
Parnaíba	25.638	-	-	-	25.638	-	-	-	25.638	-	(19.638)	-	-	6.000
Outros	7.879	-	(264)	-	7.615	-	(494)	-	7.121	-	(5.544)	-	-	1.577
	40.195	0	(264)	190	40.121	-	(494)	-	39.781	-	(25.182)	119	(4.463)	10.255

**Ouro Preto Óleo e Gás S.A.**  
*Relatório trianual contendo o  
 Relatório da Administração e as  
 Demonstrações Financeiras em  
 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

		<b>Impairment Acumulado</b>											
<b>Campos</b>	<b>01.01.17</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2019</b>
Pecada e Arabaiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarão	(1.200)	-	87	(59)	(1.172)	-	87	(285)	(1.370)	-	-	(119)	(1.489)
Camarupim	(746)	(470)	-	(131)	(1.346)	(139)	-	131	(1.354)	-	1.354	-	(0)
Parnaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)
Outros	(3.870)	-	-	-	(3.870)	-	-	-	(3.870)	3.377	-	-	(493)
	(5.816)	(470)	87	(190)	(6.388)	(139)	87	(154)	(6.594)	(2.623)	1.354	(119)	(7.982)
<b>Depreciação Acumulada</b>													
<b>Campos</b>	<b>01.01.17</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Ajuste de Conversão</b>	<b>2019</b>
Pecada e Arabaiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarão	(1.014)	(87)	-	-	(1.101)	(87)	-	-	(1.188)	-	-	-	(1.188)
Camarupim	(3.109)	-	-	-	(3.109)	-	-	-	(3.109)	-	3.109	-	-
Parnaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(309)	-	-	-	(309)	-	-	-	(309)	-	-	-	(309)
	(4.431)	(87)	-	-	(4.518)	(87)	-	-	(4.605)	-	3.109	-	(1.497)
<b>Valor líquido do bônus de assinatura</b>	29.948				29.215				28.582				777

## 19 Adiantamentos e valores a pagar ao operador

### 19.1 Adiantamento ao operador

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Camarupim (a)	-	-	-	-	-	2.142	-	7.484
BM CAL – 5	-	-	-	-	-	-	225	225
Pescada								
Arabaiana	-	-	-	-	-	-	1.323	1.947
REC-T-225	-	1	121	123	-	1	121	123
REC-T-239	-	1	118	120	-	1	118	120
REC-T-240	-	1	118	119	-	1	117	119
REC-T-253	-	1	119	122	-	1	120	122
REC-T-254	-	1	117	120	-	1	118	120
REC-T-194	-	-	(12)	14	-	-	2	14
REC-T-208	-	-	(27)	6	-	-	2	5
	-	5	552	624	-	2.147	2.146	10.279

### 19.2 Valores a pagar ao operador

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Camarupim (a)	-	-	-	-	-	9.501	9.454	27.894
CAL-M-312 (a)	-	-	-	-	-	320	320	372
CAL-M-372 (a)	-	-	-	-	-	1.044	1.044	2.846
Pescada								
Arabaiana	-	-	-	-	981	-	-	574
REC-T-225	216	-	-	136	216	-	-	136
REC-T-239	216	-	-	136	216	-	-	136
REC-T-240	217	-	-	136	217	-	-	136
REC-T-253	213	-	-	136	213	-	-	136
REC-T-254	212	-	-	136	212	-	-	136
REC-T-194	288	92	-	40	288	92	-	40
REC-T-208	335	129	-	54	335	129	-	54
Outros	-	-	-	-	-	-	-	9.515
	1.697	221	-	774	2.678	11.086	10.818	41.975

Representados pelo montante adiantado e/ou a pagar em face aos gastos incorridos nos blocos, referente a serviços e insumos que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

Os blocos com o prefixo ‘REC’ se referem a blocos registrados junto à Companhia para a bacia do Recôncavo. Pescada e Arabaiana são os blocos registrados junto à subsidiária OP Pescada.

O operador realiza um orçamento anual que é compartilhado com o outro investidor operado, e os valores são cobrados mensalmente e o saldo está em aberto em 2019, pois, a Companhia ainda está discutindo os valores acima com o operador.

- (a) Saldos foram baixados em 2019 devido as tratativas de venda do campo de Camarupim. Este Campo foi vendido em 2020.

## 20 Outras obrigações

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Provisão de gastos administrativos (a)	-	-	-	-	8.277	8.277	8.277	8.426
Provisão remessa ao exterior(b)	-	-	-	-	5.279	4.210	-	-
Provisão impostos sobre remessa ao exterior	-	-	-	-	960	-	-	-
Provisão Sucess Fee (b)	-	-	-	-	556	-	-	-
Outros	11	-	-	-	-	9	27	178
	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.072</b>	<b>12.496</b>	<b>8.304</b>	<b>8.604</b>
Circulante	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.072</b>	<b>12.496</b>	<b>8.304</b>	<b>8.426</b>
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	178

- (a) Provisão de valores referente a carta fiança do projeto CAL-M-372 (R\$7.645) e estimativa de taxa a ser paga a ANP pela devolução do poço Versailles (R\$632)
- (b) Refere-se provisão de valor a ser remetido ao antigo controlador (EP Energy E&P Company, LP), devido a liberação de saldo de depósitos judiciais relacionados a processos de responsabilidade da antiga administração, conforme QPA.

## 21 Transações com partes relacionadas

Mútuo	Controladora		
	Op Pescada	Op Energia Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2017 (Reapresentado)	-	16.658	16.658
Juros Reconhecidos	-	960	960
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	-	17.618	17.681
A receber	-	25.077	25.077
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	-	42.695	42.695
Pagamentos	-	(7.500)	(7.500)
Recebíveis	-	5.094	5.094
Juros reconhecidos	-	1.237	1.237
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	41.526	41.526

Operações de mútuo que não possuem vencimento específico estão sujeitas a 6% de juros ao ano. Pagamentos destes mútuos são realizados conforme a demanda. Em julho de 2019, alterações foram feitas aos contratos de mútuo excetuando as cobranças de juros.

Nenhum dos saldos possui garantias e nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

### **Remuneração dos administradores**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Durante o exercício de 2019, a remuneração global recebida pelos administradores (conselheiros e diretores) totalizou R\$ 3.927 (R\$4.184 em 2018 e R\$4.000 em 2017), referindo-se integralmente a honorários e benefícios.

## **22 Provisão para abandono de poços**

A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Saldo inicial	-	-	-	-	<b>121.780</b>	<b>181.645</b>	<b>155.095</b>	<b>141.019</b>
Revisão de premissas na estimativa de abandono	-	-	-	-	(15.667)	(28.434)	12.779	15.307
Reversão de provisão(a)	-	-	-	-	-	(66.131)	(30)	-
Atualização	-	-	-	-	14.195	10.314	14.197	22.057
Ajuste de conversão	-	-	-	-	(13.678)	24.386	(396)	(23.288)
	-	-	-	-	<b>106.630</b>	<b>121.780</b>	<b>181.645</b>	<b>155.095</b>

- (a) Em 2018, a empresa iniciou as negociações com a Petrobras a respeito do futuro de Camarupim. As negociações começaram após a falta de acordo entre as partes sobre a forma adequada de retomada das operações do ativo, em que a Petrobras apoiou um novo conceito de desenvolvimento considerando um subsea to shore e Ouro Preto não concordou.

Refere-se a custos associados ao abandono dos ativos. Estes custos incluem o futuro desmantelamento e a remoção dos equipamentos de produção e a restauração da superfície do campo para uma condição ecológica similar àquela existente antes que a extração de óleo e gás tivesse começado. Esta refere-se às concessões de Pescada, Arabaiana e Camarupim, respectivamente, calculada a uma taxa de desconto de 4,06% (10,15% em 2018 e 8,55% em 2017).

## 23 Provisão para processo jurídico e administrativo

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de natureza fiscal e trabalhista. Os depósitos judiciais somente serão liberados em caso de decisão favorável às companhias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração considera a provisão para perdas registradas suficiente para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 01.01.2017
Trabalhistas	1.417	950	-	-	1.417	950	-	-
Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	5.631
Cível	-	-	-	-	-	364	365	365
	<b>1.417</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.417</b>	<b>1.314</b>	<b>365</b>	<b>5.996</b>

O saldo registrado de contingência trabalhista refere-se a processos contra a Ouro Preto com probabilidade de perda provável foi avaliada pelos assessores jurídicos externos.

A provisão para contingências constituída em 2018 e 2017 representa uma causa judicial, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia como perda provável. Essa causa cível é referente à multa impetrada pela ANP por conta de queima excessiva de gás em Camarupim, cuja ação de defesa foi impetrada pela operadora Petrobras e cujo valor alocável à Companhia por conta de sua participação neste campo é de R\$364 e foi revertido em 2019.

Em janeiro de 2017, a controlada OP Pescada aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte (“REFIS-RN”), e entrou com solicitação de devolução do depósito judicial e efetuou a reversão da Provisão para Contingências (contra o resultado do exercício de 2017 na conta de outras receitas operacionais - R\$ 5.631). Em 26 de outubro de 2018, o valor atualizado (R\$6.150) foi devolvido ao caixa da OP Pescada.

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, trabalhistas e cíveis, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, cujas probabilidades de perda são avaliadas como possíveis pela Companhia e por seus consultores jurídicos, no valor aproximado de R\$222 milhões. Não houve atualizações no período.

A Companhia é ainda parte passiva em processo administrativo da ANP contra a Petrobras no campo Camarupim, no qual a OP Energia detém 24,3227%, processo este devido à alteração do projeto do sistema de medição do FPSO CSM sem autorização prévia desta agência no valor de R\$1.670 em 2017, 2018 e 2019 (parcela da OP Energia). Este processo encontra-se na 1ª instância judicial e é avaliado pela Companhia e seus consultores jurídicos como perda possível.

Igualmente ao descrito no parágrafo anterior, a Companhia é parte passiva em processo administrativo da ANP contra a Petrobras no campo Camarupim relativo a alegadas irregularidades associadas ao sistema de medição do FPSO CSM, tais como inconsistências entre os valores dos boletins diários e do computador de vazão, calibração dos medidores e configuração do computador de vazão, no valor de R\$2.667 em 2017, 2018 e 2019 (parcela da OP Energia). Este processo encontra-se na 1ª instância judicial e é avaliado pela Companhia e seus consultores jurídicos como perda possível.

## 24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Representam a obrigação futura sobre a diferença temporária gerada pelo ganho na compra vantajosa da OP Pescada e OP Energia e parcela do imposto ativo resultante de diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

O imposto diferido ativo constituído em 2019 é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R\$ 827, somado a R\$ 6.052, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização

O imposto diferido ativo constituído em 2018 e 2017 é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R\$ 1.182, somado a R\$ 5.941, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização

O saldo acumulado de imposto de renda e de contribuição social diferidos passivos compõe-se de:

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	-			
	Reapresentado Reapresentado Reapresentado			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>01.01.2017</b>
Prejuízos tributários acumulados	6.146	7.123	7.123	-
Ganhos com compras vantajosas (Deságio)	(20.986)	(20.986)	(20.986)	(20.986)
<b>Imposto de renda diferido passivo líquido</b>	<b>(14.840)</b>	<b>(13.863)</b>	<b>(13.863)</b>	<b>(20.986)</b>

## 24.1 Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
<i>Em milhares de Reais</i>						
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>	-	-	-	<b>(2,858)</b>	<b>(3,485)</b>	<b>(1,740)</b>
Despesa do ano corrente	-	-	-	(2,858)	(3,485)	(1,740)
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>(977)</b>	-	<b>7,123</b>	<b>(977)</b>	-	<b>7,123</b>
Diferenças temporárias	3	-	1,182	3	-	1,182
Redução na alíquota de imposto	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	(980)	-	5,941	(980)	-	5,941
Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	-	-	-	-	-	-
<b>Total da despesa de impostos</b>	<b>977</b>	<b>-</b>	<b>7,123</b>	<b>(3,835)</b>	<b>(3,845)</b>	<b>5,383</b>

Despesas de impostos excluem a despesa de imposto das investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial da Companhia de R\$ 2.858 mil (2018: R\$ 3.485 mil), que está incluído no resultado de equivalência patrimonial.

## 24.2 Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes e a despesa de imposto de renda e de contribuição social apurada no resultado é demonstrada como se segue:

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.989)	(11.768)	(59.775)	(28.131)	(8.283)	(58.035)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas efetivas</b>	<b>10.536</b>	<b>4.001</b>	<b>20.324</b>	<b>9.565</b>	<b>2.816</b>	<b>19.732</b>
Despesas não dedutíveis	20.981	(11.961)	28.642	(10.542)	(2.816)	(12.609)
Impacto de alíquota diferencial no modelo de lucro presumido de controlada	-	-	-	(2.858)	(3.485)	(1.740)
Resultado de equivalência patrimonial	(32.494)	7.960	(41.842)	-	-	-

**Ouro Preto Óleo e Gás S.A.**  
*Relatório trianual contendo o  
 Relatório da Administração e as  
 Demonstrações Financeiras em  
 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(2.858)	(3.485)	(1.740)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(977)	-	7.123	(977)	-	7.123
Alíquota efetiva	3%	0%	-12%	14%	42%	-9%
	<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2018</b>			<b>31/12/2017</b>
Receita bruta	44.500		43.194			45.473
Base de cálculo (8%)	3.560		3.456			3.638
Outras receitas	<u>4.448</u>		<u>6.408</u>			<u>673</u>
Base de cálculo	<u>8.008</u>		<u>9.863</u>			<u>4.311</u>
IRPJ apurado (15%)	1.200		1.479			647
Adicional (10%)	<u>777</u>		<u>962</u>			<u>407</u>
Total de IR	<u><u>1.977</u></u>		<u><u>2.442</u></u>			<u><u>1.054</u></u>
	<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2018</b>			<b>31/12/2017</b>
Receita bruta	44.500		43.194			45.473
Base de cálculo (12%)	5.340		5.183			5.457
Outras receitas	<u>4.448</u>		<u>6.408</u>			<u>673</u>
Base de cálculo	<u>9.788</u>		<u>11.591</u>			<u>6.130</u>
Total de CSLL (9%)	<u><u>881</u></u>		<u><u>1043</u></u>			<u><u>552</u></u>
Total IR e CS no exercício	<u><u>2858</u></u>		<u><u>3485</u></u>			<u><u>1605</u></u>

## 25 Arrendamento mercantil

### 25.1 Direito de uso – Ativo

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
<b>Direito de uso</b>		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	-	-
Adições adoção inicial	2.205	2.205
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	2.205	2.205
<b>Depreciação*</b>		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	-	-
Adições	(551)	(551)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	(551)	(551)
<b>Valor Contábil</b>		
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2019	1.654	1.654

### 25.2 Arrendamento mercantil – passivo

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	-	-
Adições adoção inicial (a)	2.205	2.205
Juros do período	32	32
Contraprestações pagas	(629)	(629)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	1.608	1.608
<b>Classificação</b>		
Passivo circulante	567	567
Passivo não circulante	1.041	1.041

- (a) As adições são substancialmente relativas à adoção inicial do CPC 06 (R2). Os principais contratos identificados estão detalhados a seguir:

**Imóveis** – A Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades utilizadas como escritórios administrativos, sendo o principal contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório, com prazo remanescente de 48 meses.

### 25.3 Taxas

O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 10,15 %.

## 26 Patrimônio líquido

### *Capital social*

Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$327.267 e está representado por 28.956.567 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 13.850.097 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia estava distribuído da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações</u>			Participação no capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Acionistas:				
FIP ANGEL	26.515.575	13.550.097	<b>40.065.672</b>	<b>93,60%</b>
Outros	<u>2.440.990</u>	<u>300.000</u>	<b>2.740.990</b>	<b>6,40%</b>
Total	<b><u>28.956.565</u></b>	<b><u>13.850.097</u></b>	<b><u>42.806.662</u></b>	<b><u>100%</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia estava distribuído da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações</u>			Participação no capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Acionistas:				
FIP ANGEL	22.145.363	-	<b>22.145.363</b>	<b>51,73%</b>
Cia Bozano	4.370.212	7.283.687	<b>11.653.899</b>	<b>27,22%</b>
TI OPC Fundo de Investimento	-	6.236.410	<b>6.236.410</b>	<b>14,57%</b>
Outros	<u>2.440.990</u>	<u>330.000</u>	<b>2.770.990</b>	<b>6,47%</b>
Total	<b><u>28.956.565</u></b>	<b><u>13.850.097</u></b>	<b><u>42.806.662</u></b>	<b><u>100%</u></b>

### ***Reserva Legal***

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no período nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 houve absorção da reserva legal com prejuízo no valor de R\$ 1.923. Em 2019 e 2018 não houve absorção da reserva.

### ***Reserva de lucros***

A reserva de lucros foi constituída após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, sendo destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

Em 2017 houve absorção da reserva de lucros com prejuízo no valor de R\$ 11.155. Em 2019 e 2018 não houve absorção da reserva.

### ***Ações em tesouraria***

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia detinha R\$118 em ações em tesouraria.

### ***Diferença acumulada de conversão de moeda estrangeira***

O efeito da conversão dos itens expressos na moeda funcional da entidade para sua moeda de apresentação, quando diferentes, seja reconhecido no seu patrimônio líquido, a Companhia registrou na rubrica “diferença acumulada de conversão de moeda estrangeira” o montante de R\$ 12.840 em 2019 (R\$ 35.517 em 2018 e R\$ 867 em 2017, referente ao efeito dessa conversão nas controladas OP Pescada e OP Energia.

### ***Dividendos***

O estatuto social da Companhia prevê o percentual de 0,0001% como dividendo mínimo obrigatório. A distribuição dos lucros adicionais serão decididos pelos sócios após reunião de sócios-quotistas.

Em 2017, 2018 e 2019, não houve distribuição de dividendo na Companhia. Os dividendos recebidos de suas controladas foram classificados como fluxo de caixa das atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

## **27 Segmentos operacionais**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais como um conjunto de informações por segmento, a saber: a natureza das atividades de negócio de cada componente, a existência de gestores responsáveis por essas atividades ou as informações como são apresentadas ao conselho de administração, ou seja, com as informações são tratadas no processo de tomada de decisões da companhia. Mediante esta definição, a Companhia efetuou a análise e concluiu que possui um único segmento operacional, na qual consiste em exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

## 28 Receitas líquidas

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Vendas brutas de óleo	-	-	-	12.281	12.425	10.587
Vendas brutas de gás	-	-	-	29.072	30.573	33.869
(-) Impostos sobre vendas	-	-	-	(8.953)	(9.309)	(9.625)
	-	-	-	<b>32.400</b>	<b>33.689</b>	<b>34.831</b>

A receita líquida consolidada da Companhia é oriunda exclusivamente dos campos de Pescada e Arabaiana, no qual, possui um único cliente, a Petrobras. Ao longo dos anos esses campos vêm produzindo menor quantidade de óleo e gás, o que explica a variação nas vendas brutas do gás, no entanto, a receita de óleo sofre o impacto das variações no *Brent* no qual variou positivamente no período.

## 29 Custos e despesas por natureza

### 29.1 Custo dos produtos vendidos

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Custos operacionais fixos (a)	-	-	-	(7.334)	(5.160)	(4.778)
Custos com manutenção e reparo	-	-	-	(996)	(707)	(704)
Aluguel de área	-	-	-	-	-	(44)
Reversão de custos(b)	-	-	-	-	6.334	-
Royalty - óleo e gás	-	-	-	(2.905)	(3.004)	(3.178)
Depreciação e amortização	-	-	-	(4.796)	(9.101)	(3.003)
	-	-	-	<b>(16.031)</b>	<b>(11.638)</b>	<b>(11.707)</b>

(a) Este saldo refere-se ao custo com operador para operação nos Campos produtivos.

(b) Saldo refere-se a ajuste de reapresentação dos saldos em 2018 da controlada OP Pescada.

Os custos são representados por valores pagos ao operador referente a serviços e materiais utilizados nas operações dos campos Pescada, Arabaiana e Dentão, custos fixos operacionais, despesas com manutenção e reparos, aluguel de área, royalties, e depreciação dos ativos de óleo e gás no qual é calculada de acordo método das unidades produzidas.

## 29.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Honorários a diretores e conselheiros	(1.058)	(1.136)	(1.136)	(1.058)	(1.136)	(1.136)
Salários e encargos	(9.329)	(10.476)	(11.129)	(13.319)	(14.043)	(14.412)
Bônus a funcionários	(54)	(7)	-	(54)	(7)	(23)
Benefícios a funcionários	(1.113)	(1.425)	(1.463)	(1.367)	(1.949)	(1.863)
Aluguel e manutenção escritório (b)	(417)	(933)	(1.362)	(538)	(1.529)	(2.054)
Serviços prestados por terceiros (c)	(974)	(1.299)	(877)	(7.770)	(5.952)	(4.808)
Depreciação e amortização	(1.203)	(878)	(1.131)	(1.929)	(1.639)	(1.774)
Despesa com transportes	(11)	(12)	(90)	(33)	(118)	(103)
Manutenção e reparo de equipamentos (d)	(59)	(86)	(28)	(857)	(1.208)	(1.594)
Provisão de Contingencia	(467)	(949)	-	(103)	(949)	-
Compartilhamento de custos (e)	10.026	-	-	-	-	-
Outras despesas gerais (f)	(538)	(591)	(403)	(2.059)	(2.995)	(1.808)
<b>Total de despesas gerais e administrativos</b>	<b>(5.197)</b>	<b>(17.792)</b>	<b>(17.619)</b>	<b>(29.087)</b>	<b>(31.525)</b>	<b>(29.575)</b>

- (a) As despesas com pessoal que refere-se as linhas de honorários diretores e conselheiros, salários e encargos e benefícios a funcionários é composta da remuneração e encargos dos colaboradores e dirigentes que atuam nas empresas no grupo, assim como os benefícios de vale refeição e alimentação, vale transporte, assistência médica e odontológica e seguro de vida. O montante na linha de bônus é referente a valores pagos em rescisão de funcionários, nos quais foram desligados devido a reestruturação da empresa, como forma de agradecimento pelo trabalho desempenhado.
- (b) Aluguel e manutenção do escritório refere-se ao aluguel (anterior a 2019), condomínio, despesas com telefone, internet e energia elétrica do escritório da matriz e filiais das investidas.
- (c) Serviços prestados por terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, contabilidade, treinamento e capacitação, avaliações, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos, eventos e prestação de serviços com utilização de materiais.
- (d) São registrados na linha de manutenção e reparo de equipamentos os serviços contratados para manutenção em ar condicionado, extintores de incêndio, impressoras, computadores e softwares utilizados nas operações da Companhia.
- (e) Em 2019 a Companhia adotou o compartilhamento de custos, como forma de gerar maior sinergia. O montante é constituído de despesas nas quais são comum a todas as empresas do grupo, como: gastos com pessoal, manutenção do escritório como aluguel, energia elétrica, telefone, internet, serviços de manutenção em ar condicionado, impressoras, computadores e softwares.
- (f) Outras despesas gerais é constituído de despesas com material de escritório, conservação e limpeza, cartório, correios, viagem, seguros e despesas de pequeno montante.

### 29.3 Despesas tributárias

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Impostos e taxas (a)	(170)	(690)	(340)	(13.605)	(5.405)	(9.035)
<b>Total de despesas tributárias</b>	<b>(170)</b>	<b>(690)</b>	<b>(340)</b>	<b>(13.605)</b>	<b>(5.405)</b>	<b>(9.035)</b>

Neste grupo são registrados os impostos sobre pagamentos ao exterior, taxas de regularização cadastral e para registro de baixas de impostos prescritos.

- (a) O aumento significativo das despesas no exercício de 2019 são referente a baixa de crédito de impostos oriundas da aquisição do campo de Camarupim registrado em sua controlada OP Energia, devido a intenção da venda do mesmo sendo registrado um ativo mantido para venda. Nos anos de 2018 e 2017, houve baixas de impostos que estavam prescritos que impactou o resultado em R\$ 3.028 e R\$ 7.466, respectivamente.

### 30 Gastos exploratórios

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais.

	Controladora			Consolidado		
	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Custo com operador (a)	(1.485)	(167)	-	4.142	(6.260)	-
Despesas gerais e administrativas	(202)	(1.273)	95	(6.222)	(2.930)	77
custos com poços não comerciais ou reserva não operacional (b)	-	-	-	(4.556)	(28.008)	12
Gastos com geologia e geofísica	(1)	(123)	79	(7)	(1.003)	(164)
Aquisição / processamento de sísmica	-	-	(310)	-	-	(310)
Outros	(5)	(62)	32	186	(228)	30
	<b>(1.693)</b>	<b>(1.625)</b>	<b>(104)</b>	<b>(6.457)</b>	<b>(38.429)</b>	<b>(355)</b>

- (a) Reversão ocorrida em 2019 refere-se a reversão de provisão conforme apresentação de orçamentos do operador.
- (b) O montante apresentado em 2019 no Consolidado é representado substancialmente por baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais dos ativos na Bacia do Paranaíba, registrados na controlada Ouro Preto Energia Onshore S.A.

### 31 (Perda) / reversão no valor recuperável de ativos

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado		Reapresentado 2017	Reapresentado		Reapresentado 2017
	2019	2018		2019	2018	
Campo Pescada, Arabaiana e Dentão (a)	-	-	-	31.709	19.249	(19.285)
Campo Parnaíba (b)	-	-	-	(6.034)	-	-
Campo Camarupim (c)	-	-	-	24.380	4.006	(21.450)
	-	-	-	<b>50.055</b>	<b>23.255</b>	<b>(40.735)</b>

(a) Saldos oriundos da controlada OP Pescada e as estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, consideradas razoáveis pela Administração. Veja mais detalhes na Nota 17.

(b) As estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, consideradas razoáveis pela Administração, indicaram a necessidade de provisão para perdas no valor de R\$6.034 em 2019. Foi efetuado o *impairment* de 100% do valor contábil por conta do início do processo de devolução da última área existente na controlada.

(c) Em 2019, OP Energia iniciou a negociação com a Petrobras para uma potencial venda do campo de Camarupim. Os valores negociados foram utilizados como base para a reversão de *impairment* no valor de USD 5.000.000. Em 30 de agosto de 2019, a transação foi assinada pelo mesmo valor negociado.

### 32 Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado		Reapresentado 2017	Reapresentado		Reapresentado 2017
	2019	2018		2019	2018	
Despesa com operador (a)	-	-	-	(18.965)	66.056	-
Devolução de concessão (b)	(1.576)	-	-	(23.095)	-	-
Despesas com seguro risco petróleo (c)	(352)	(415)	(2.614)	(2.633)	(2.491)	(2.612)
Reversão compartilhamento de custos (d)	11.038	-	-	-	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais (e)	300	589	1.650	13.946	(3.693)	1.252
	<b>9.410</b>	<b>174</b>	<b>(964)</b>	<b>(30.747)</b>	<b>59.872</b>	<b>(1.360)</b>

(a) Despesas com operador são despesas referentes ao campo de Camarupim. Em 2018, após negociações realizadas com o Operador, o plano de serviços de abandono foi alterado em relação aos serviços provisionados anteriormente.

(b) Em Maio de 2019, foi aprovado pela ANP a devolução dos blocos PN-T-65, PN-T-145, PN-T-162, PN-T-151, PN-T-137, PN-T-165. Em 31 de outubro de 2019, os contratos de concessão dos blocos REC-T-194, REC-T-208, REC-T-225, REC-T-239, REC-T-240, REC-T-253 e REC-T-254 foram resilidos. Então o saldo remanescente desses blocos foi baixado.

- (c) Seguro contratado para as operações nos campos de Camarupim, Pescada e Arabaiana;
- (d) Em 2019 a Companhia adotou o compartilhamento de custos entre empresas do grupo, incluindo despesas incorridas durante 2018, demonstrando os valores recebidos ou a receber com partes relacionadas
- (e) O saldo de 2019 refere-se substancialmente ao saldo de ajuste de abandono conforme premissas avaliadas pela administração ao final do exercício.

### 33 Resultado (despesas) financeiro Líquido

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Rendimentos de aplicação financeira						
(a)	188	1.567	1.593	4.605	7.642	14.320
Atualização de depósitos judiciais						
(b)	1	-	1	386	582	877
Ganhos cambiais	-	-	-	-	-	4.300
Outras receitas financeiras (c)	239	352	654	1.536	725	259
	<b>428</b>	<b>1.919</b>	<b>2.248</b>	<b>6.527</b>	<b>8.949</b>	<b>19.756</b>
Despesa de juros de arrendamento	(32)	-	-	(32)	-	-
Incremento do abandono (d)	-	-	-	(14.931)	(5.974)	(14.197)
Outras despesas financeiras	(3)	-	(8)	(429)	(4.083)	905
Despesas de juros - partes relacionadas (e)	(1.237)	(1.646)	(960)	-	-	-
Perdas cambiais (f)	-	-	-	(3.985)	(32.604)	(4.509)
	<b>(1.272)</b>	<b>(1.647)</b>	<b>(968)</b>	<b>(19.377)</b>	<b>(42.661)</b>	<b>(17.801)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>(844)</b>	<b>272</b>	<b>1.280</b>	<b>(12.850)</b>	<b>(33.712)</b>	<b>1.955</b>

- (a) Os rendimentos de aplicações financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades da Companhia, em sua grande parte, em CDBs, mantidos em bancos de primeira linha (Banco Itau e Banco Santander), sendo remuneradas com base na variação do percentual CDI, cujo sofreu uma queda ao logo do período de 2017 a 2019. Além do impacto na taxa de remuneração, a variação do período se deu também por conta dos resgates realizados para manter a operação da Companhia.
- (b) A atualização dos depósitos judiciais é realizada com base na taxa básica de juros da economia (SELIC)
- (c) Outras (despesas)/receitas operacionais é composto por despesas com multa e juros sobre pagamentos em atraso, atualização de impostos a recuperar.
- (d) Refere-se à atualização do saldo da provisão para o abandono do campo;
- (e) Referem-se aos juros contratados nas operações de mútuo entre as empresas do grupo OPOG.
- (f) Variação cambial oriunda das atividades das investidas OP Energia e OP Pescada, nas quais realizam operações na moeda dólar OP Energia e OP Pescada, as quais detém moeda funcional em dólar americano;

## 34 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	Reapresentado 2019	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do resultado básico por ação	(31.966)	(11.768)	(52.652)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do resultado básico por ação (*)	42,756,664	42,756,664	42,756,664
<b>Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>(0,75)</b>	<b>(0,27)</b>	<b>(1,23)</b>

(\*) Devido não haver diferenças na quantidade de ações durante os exercícios, a média ponderada de ações ordinárias é a mesma quantidade de ações existentes.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em virtude da inexistência de potenciais ações dilutivas.

## 35 Instrumentos financeiros

### (a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os ativos classificados como mantidos para venda não estão incluídos na tabela a seguir. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo

### Ativos consolidados 31 de dezembro de 2019

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	10	63.573	-	63.573	-	63.573	63.573
Contas a receber	12	-	3.536	3.536	-	-	-
Caixa restrito	10	19.192	-	19.192	-	19.192	19.192
		<u>82.765</u>	<u>3,536</u>	<u>86,301</u>	<u>-</u>	<u>82.765</u>	<u>82.765</u>

**Passivos consolidados  
 31 de dezembro de 2019**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores		-	778	778	-	-	-
Valores a pagar ao operador	19	-	2.678	2.678	-	-	-
Outras obrigações	20	-	15.072	15.072	-	-	-
		-	18.528	18.528	-	-	-

**Ativos consolidados  
 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	10	82.757	-	82.757	-	82.757	82.757
Contas a receber	12	-	7.024	7.024	-	-	-
Caixa restrito	10	18.269	-	18.269	-	18.269	18.269
		101.026	7,024	108,049	-	101.026	101.026

**Passivos consolidados  
 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores		-	4.293	4.293	-	-	-
Valores a pagar ao operador	19	-	11.086	11.086	-	-	-
Outras obrigações	20	-	12.496	12.496	-	-	-
		-	27.875	27.875	-	-	-

**Ativos consolidados  
 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil e valor justo		
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10	119.962	-	119.962
Contas a receber	12	-	7.220	7.220
Caixa restrito	10	15.254	-	15.254
		135.216	7,220	142,436

**Passivos consolidados  
 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil e valor justo		
		Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores		-	2.702	2.702
Valores a pagar ao operador	19	-	10.818	10.818
Outras obrigações	20	-	8.304	8.304
		-	21.824	21.824

**Ativos consolidados  
 01 de janeiro de 2017 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil e valor justo		
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10	138.062	-	138.062
Títulos e valores mobiliários	11	21.316	-	21.316
Contas a receber	12	-	8.237	8.237
Caixa restrito	10	2.407	-	2.407
		161.785	8,237	170,022

**Passivos consolidados  
 01 de janeiro de 2017 (reapresentado)**

<i>Em milhares de reais</i>	Nota	Valor contábil e valor justo		
		Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores		-	5.455	5.455
Valores a pagar ao operador	19	-	41.975	41.975
Outras obrigações	20	-	8.604	8.604
		-	56.034	56.034

**(b) Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
  - Risco de mercado.

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Diretoria da Companhia monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. A Diretoria é suportada pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Conselho de Administração.

**(ii) Risco de crédito**

Esse risco se relaciona primeiro ao caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de operações da Companhia. Todo caixa e equivalentes de caixa da Companhia são detidos por bancos de primeira linha no Brasil, com liquidez reconhecida, o que minimiza riscos. A política de vendas da Companhia é diretamente relacionada ao nível de exposição de crédito que ela está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. As vendas da Companhia são concentradas, substancialmente, com a Petrobras, que detém rating Ba2, BB- e BB- avaliado por Moody's, Standard and Poor's e Fitch respectivamente que possui solidez de reputação e financeira. Portanto, a Administração considera que o risco de inadimplência é insignificante e não espera-se dificuldades em realizar os ativos. Todos os ativos financeiros da Companhia são de curto prazo ou menos de um ano.

**(iii) Risco de liquidez**

Representa o risco de escassez e dificuldade de a Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Esses valores são brutos e não-descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

<b>Fluxos de caixa contratuais – Saldos em 2019</b>					
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 a 2 anos</b>	<b>&gt; 2 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	778	-	-	-	778
Valores a pagar ao operador	2.678	-	-	-	2.678
Outras obrigações	15.072	-	-	-	15.072

<b>Fluxos de caixa contratuais – Saldos em 2018 (Reapresentado)</b>					
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 a 2 anos</b>	<b>&gt; 2 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	4.293	-	-	-	4.293
Valores a pagar ao operador	11.086	-	-	-	11.086
Outras obrigações	12.496	-	-	-	12.496

**Fluxos de caixa contratuais – Saldos em 2017  
(Reapresentado)**

	Até 1 ano	> 1 a 2 anos	> 2 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	2.702	-	-	-	2.702
Valores a pagar ao operador	10.818	-	-	-	10.818
Outras obrigações	8.304	-	-	-	8.304

Não há transações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**(iv) Riscos de mercado**

São possíveis mudanças nos preços do mercado que podem afetar os fluxos de caixas futuros e/ou o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. Os riscos do mercado são:

- Riscos de taxa de juros;
- Riscos de moeda (taxa de câmbio);
- Outros riscos de preços.

**(a) Risco de taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos de mútuo captados. Considerando o perfil da dívida da Companhia, a Administração considera o risco à exposição a variações nas taxas de juros como inexpressivo, tendo em vista que as operações estão atreladas a contrato com juros remuneratórios pré-fixados.

**(b) Risco de taxa de câmbio**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados. O Companhia está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e recebíveis são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Companhia. As moedas funcionais do Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD) . As moedas nas quais as transações do Companhia são primariamente denominadas são: R\$ e USD.

### **Exposição ao risco cambial**

O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2019</b>	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>	<b>Reapresentado 01.01.2017</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	63.573	82.757	119.692	138.062
Contas a receber	3.536	7.024	7.220	21.316
Caixa restrito	19.192	18.269	15.254	2.407
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	(778)	(4.293)	(2.702)	(5.455)
Valores a pagar ao operador	(2.678)	(11.086)	(10.818)	(41.975)
Outras obrigações	(15.072)	(12.496)	(8.304)	(8.426)
<b>Total da exposição cambial líquida</b>	<b>67.773</b>	<b>80.175</b>	<b>120.342</b>	<b>105.929</b>

### **Análise de sensibilidade**

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	<b>Risco</b>	<b>Consolidado</b>			
		<b>2019</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário (I) Possível (Δ25%)</b>	<b>Cenário (II) Remoto (Δ50%)</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do dólar	63.573	63.111	47.102	31.093
Contas a receber	Queda do dólar	3.536	3.510	2.620	1.729
Caixa restrito	Queda do dólar	19.192	19.052	14.220	9.387
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Aumento do dólar	(778)	(784)	(980)	(1.175)
Valores a pagar ao operador	Aumento do dólar	(2.678)	(2.697)	(3.372)	(4.046)
Outras obrigações	Aumento do dólar	(15.072)	(15.182)	(18.977)	(22.772)

		<b>Consolidado</b>			
	<b>Risco</b>	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário (I) Possível (Δ25%)</b>	<b>Cenário (II) Remoto (Δ 50%)</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do dólar	82.757	84.355	64.065	43.775
Contas a receber	Queda do dólar	7.024	7.160	5.437	3.715
Caixa restrito	Queda do dólar	18.269	18.622	14.143	9.664
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Aumento do dólar	(4.293)	(4.210)	(5.263)	(6.315)
Valores a pagar ao operador	Aumento do dólar	(11.086)	(10.872)	(13.590)	(16.308)
Outras obrigações	Aumento do dólar	(12.496)	(12.255)	(15.318)	(18.382)

		<b>Consolidado</b>			
	<b>Risco</b>	<b>Reapresentado 2017</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário (I) Possível (Δ25%)</b>	<b>Cenário (II) Remoto (Δ 50%)</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do dólar	119.692	116.725	86.060	55.396
Contas a receber	Queda do dólar	7.220	7.041	5.191	3.342
Caixa restrito	Queda do dólar	15.254	14.876	10.968	7.060
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Aumento do dólar	(2.702)	(2.769)	(3.461)	(4.153)
Valores a pagar ao operador	Aumento do dólar	(10.818)	(11.086)	(14.858)	(16.629)
Outras obrigações	Aumento do dólar	(8.304)	(8.510)	(10.637)	(12.765)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, considerou-se no cenário provável a projeção de taxa média de câmbio divulgada no relatório FOCUS emitido pelo BACEN para o período de doze meses a partir de 31 de dezembro de 2019 (US\$ 1/R\$ 4,06), a partir de 31 de dezembro de 2018 (US\$ 1/R\$ 3,80) e a partir de 31 de dezembro de 2017 (US\$ 1/R\$ 3,39). No cenário I esta projeção foi majorada em 25% e no cenário II a curva foi majorada em 50%, ambas em relação ao cenário provável.

**(c) Outros riscos de preço**

São os riscos do valor justo do instrumento financeiro oscilar pelas alterações no preço de mercado, não decorrentes da taxa de juros ou de câmbio, por fatores específicos do instrumento financeiro ou de fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado. A Administração entende que não há instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 que estejam expostos a este risco.

### 36 Contrato de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 50.000 (R\$ 21.000 para 2018 e R\$ 21.000 para 2017) para responsabilidade civil (D&O).

Adicionalmente, a Companhia possui seguro exclusivo para a operação de produção de petróleo e gás com vigência de 28 de agosto de 2019 a 28 de fevereiro de 2021 composta por US\$ 121.277 mil para danos físicos, US\$ 10.000 mil despesas extras com o operador e US\$25.000 mil de responsabilidade civil.

### 37 Compromissos assumidos

A Companhia firmou contrato de locação como locatária de um salão comercial na cidade do Rio de Janeiro-RJ. O contrato está vigente para os períodos de dezembro de 2017 a dezembro de 2022 e é atualizado anualmente pela variação do IGP-M. A despesa com aluguel no exercício totalizou R\$ 874 (R\$766 em 2018 e R\$ 1.146 em 2017).

Os compromissos referentes aos blocos PN-T-151, PN-T-165, PN-T-137 e PN-T-114 são aquisições primárias e processamento de sísmica-2D. A ANP homologou 100% dos Programas de Exploração Mínima (“PEM”) da Companhia. Os poços escavados nos blocos PNT-137 e PN-T-114 foram constituídos conforme a PEM na segunda fase de exploração de tais blocos, conforme a Carta Oficial nº 122/2018/SEP da ANP.

Os compromissos referentes ao bloco BAR-M-387 se constituem de aquisição e processamento de sísmica-3D. A Companhia solicitou liberação do cumprimento do PEM para ANP com sucesso. O valor da garantia em 17 de abril de 2018 passou para R\$ 142.

A Companhia contratou seguro-garantia para assegurar os compromissos do PEM da 11ª Rodada da ANP no valor total de R\$ 109.672, com valor remanescente de R\$142 da 12ª Rodada da ANP no valor total de R\$8.461 e da 13ª Rodada da ANP no valor total de R\$6.243, com valor remanescente de R\$3.986, conforme demonstrado abaixo:

11ª Rodada – Bloco	2019	2018	2017
BAR-M-387	142	142	7.198
Total	142	142	7.198

<b>12ª Rodada – Bloco</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
REC-T-194	1.368	1.368	1.368
REC-T-208	2.508	2.508	2.508
REC-T-225	340	340	340
REC-T-239	1.641	1.641	1.641
REC-T-240	354	354	354
REC-T-253	1.898	1.898	1.898
REC-T-254	352	352	352
<b>Total</b>	<b>8.461</b>	<b>8.461</b>	<b>8.461</b>
<b>13ª Rodada – Bloco</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
PN-T-145	1.624	1.624	1.624
PN-T-162	2.362	2.362	2.362
<b>Total</b>	<b>3.986</b>	<b>3.986</b>	<b>3.986</b>

## 38 Covid-19

A Companhia, apoiada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (“OMS”) e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas; por meio da operacionalização do regime de trabalho em casa (*home office*), provendo toda estrutura necessária aos colaboradores para eficiência do modelo implantado, assim como total suporte do departamento de recursos humanos na avaliação da saúde mental dos colaboradores no decorrer do período. Nas áreas operacional, quando a implantação do regime home office se mostrou impraticável, foi estabelecido plano com rigorosa higienização dos locais de trabalho e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Mesmo com o cenário atípico e desafiador ocasionado pela pandemia do COVID-19, não há impactos relevantes nas operações. Mais de 80% da receita da companhia não foi impactada pela pandemia, tendo em vista, principalmente, um aumento de produção e a depreciação do real em relação ao dólar. Cabe destacar ainda que houve uma recuperação do preço do óleo (referência *brent*), substancialmente rápida.

Cumpramos ressaltar que a companhia não teve qualquer evento de demissão ou realocação de qualquer colaborador por conta do contexto apresentado. A companhia atuou de maneira rápida e estruturada, com protocolos de atuação bem definidos e comunicados durante a pandemia. Diante do exposto, não foi necessário qualquer plano de contingenciamento em razão da pandemia de COVID-19.

Com relação à segurança de seus funcionários, a companhia avalia constantemente as melhores práticas para assegurar sua segurança, estando sempre alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde. A companhia anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, que incluíram:

- Alteração de trabalho presencial para a modalidade de *home-office*
- Quarentena, monitoramento da saúde e testagem
- Checagem geral realizada por profissional de saúde nas unidades de produção

- Uso de máscaras e álcool gel nas unidades de produção
- Campanhas de conscientização através dos meios de comunicação utilizados nas unidades de produção
- Medidas para evitar aglomeração nas unidades de produção

A administração da companhia avalia o momento atual com muita cautela, porém entende que (i) o baixo custo de extração, (ii) a robusta posição de liquidez, (iii) as receitas provenientes do gás e (iv) a gestão eficiente da diretoria da companhia são fatores que mitigam parcialmente os impactos da pandemia.

No entendimento da nossa administração, as medidas adotadas, que estão em constante reavaliação, buscam manter a qualidade operacional e a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, estando alinhados com as medidas determinadas pelas autoridades públicas. A companhia irá continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

## **39 Eventos Subsequentes**

### **39.1 Processo de venda do ativo de Camarupim**

Referente ao ativo de Camarupim, o qual em 2019 a OP Energia formalizou a venda, por meio da assinatura em 30 de Agosto de 2019, iniciando a partir desse evento, o processo junto à ANP; e que foi concluído em 13 de maio de 2020. O valor acordado na venda do ativo (*consideration*) foi de US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos).

### **39.2 Processo de aquisição de participação no campo Pescada e Arabaiana**

Foi iniciado em 2020 o processo de aquisição da participação da Petrobras de 65% no campo de Pescada, Arabaiana e Dentão. Foi acordado um pagamento de US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos) do comprador ao vendedor; e também um mecanismo de compartilhamento de custos referente ao abandono de poços, plataformas e dutos. Ficou estabelecido para esse mecanismo que o vendedor se comprometia com um valor total fixo de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), com abertura detalhada dos valores por ativo e um cronograma orientativo para os eventos de abandono. O pagamento desse custo compartilhado será efetuado pelo vendedor ao comprador à medida que os ativos forem descomissionados, A transação foi assinada em 09 de julho de 2020 e a expectativa da companhia é que seja concluída ao longo de 2021.

### **39.3 Movimentação societária**

Conforme deliberado em Reunião de sócios e nos termos do protocolo de incorporação, em 30 de junho de 2020 foi concluído o processo de incorporação reversa pela sua controladora Ônix.

O objetivo da operação consiste em um processo de simplificação da estrutura societária do grupo, além de tornar a sua administração mais eficiente, aperfeiçoando a sua estrutura de capital e de gestão.

Como resultado desta incorporação reversa, a Ônix foi extinta de pleno direito, sem a necessidade de procedimento de liquidação, e a companhia incorporadora Ouro Preto se tornou sua sucessora. O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Ônix, para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 30 de junho de 2020 que emitiu laudo datado de 30 de junho de 2020. O acervo líquido da Onix foi avaliado em R\$ 39.601 e foi refletido em uma redução de capital total.

#### **39.4 Contrato de opção de compra de ações emitido por Ouro Preto Óleo e Gpas S.A. e reestruturação societária do Grupo 3R, conforme item definido abaixo**

Em 3 de agosto de 2020, consultas formais pelos fundos de investimento controladores da 3R Petroleum e SSSF2 foram aprovadas, nas quais a autorização para implementar a reestruturação societária do Grupo 3R (conforme definido abaixo) foi aprovada considerando os planos para uma Oferta Inicial de Ações (“IPO”). A reestruturação societária se consiste de:

- (i) fusão da 3R Petroleum com a Ouro Preto (conforme definido abaixo), sujeito à realização do IPO e aprovação das porcentagens a serem detidas por cada acionista após a fusão;
- (ii) outros atos necessários para implementar a reestruturação societária necessária para o IPO.

\* \* \*

Edmundo Júlio Jung Marques  
Presidente

Matheus Dias  
Diretor Financeiro

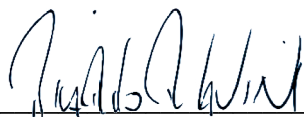
Domingues e Pinho Contadores Ltda  
CRC/RJ 001137/O-0

Luciana dos Santos Uchôa  
CRC/RJ 081003/O-8

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

**RICARDO RODRIGUES SAVINI**, brasileiro, casado, geólogo, portador da carteira de identidade nº 28.984.170-2, inscrito no CPF/ME sobre o nº 326.403.151-53, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Roquete Pinto, 7, Urca, CEP 22.291-210, na qualidade de Diretor Presidente da **3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Ouro Preto, 5, sala 601, Botafogo, CEP 22.250-180, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 12.091.809/0001-55 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

28 de agosto de 2020.



---

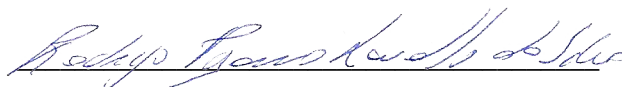
**RICARDO RODRIGUES SAVINI**

Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

**RODRIGO PIZARRO LAVALLE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 21.192.825-4, inscrito no CPF/ME sobre o nº 124.112.157-54, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Praça Atahualpa, nº 60, Apartamento 301, Leblon, CEP 22.441-130, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Ouro Preto, 5, sala 601, Botafogo, CEP 22.250-180, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 12.091.809/0001-55 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

28 de agosto de 2020.



**RODRIGO PIZARRO LAVALLE DA SILVA**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores